Segunda Parte - As vilas e seus territórios: dependências, rivalidades e hierarquias

Capítulo 7 - Títulos, privilégios e funções urbanas

Cláudia Damasceno Fonseca

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA, C.D. Títulos, privilégios e funções urbanas. In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 334-372. ISBN: 978-85-423-0307-0. <https://doi.org/10.7476/9788542303070.0012>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

TÍTULOS, PRIVILÉGIOS E FUNÇÕES URBANAS

Quando as elites locais solicitavam a promoção de suas povoações à condição de cidade, de vila, de cabeça de comarca, ou ainda a criação de um cargo de juiz de fora, seus argumentos não se apoiavam apenas nas questões de natureza jurídica e territorial analisadas anteriormente. Em suas cartas e requerimentos, as “pessoas principais”, ou os “maiores”, das vilas e dos arraiais tentavam destacar os diversos atributos das localidades e valorizar as populações que ali viviam. Tais documentos fornecem, pois, indicações sobre os critérios que eram, nesta época, considerados pertinentes para se avaliar o grau de desenvolvimento das povoações, assim como sua vocação ou “capacidade” para se tornarem sedes administrativas.

Além desta correspondência, descrições urbanas produzidas em outros contextos também permitem a identificação dos valores e dos papéis que eram atribuídos às funções administrativas, bem como as qualidades que deveriam apresentar as povoações que aspirassem a títulos urbanos.

A CONQUISTA DOS TÍTULOS E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em 1706, o padre Antônio Carvalho da Costa dedicava ao rei o primeiro tomo de sua obra *Corografia portuguesa e descrição topográfica do célebre reino de Portugal*:

A Corografia Histórica deste Reino é todo o emprego deste livro, nele verá Vossa Majestade o número das Cidades que com tanta magnificência tem engrandecido com obras suntuosas, tem assegurado com fortificações inexpugnáveis; as Vilas, que com suma benignidade tem ilustrado com privilégios: os Lugares, que tem erigido em Vilas e a que tem ampliado os termos (...).¹

A citação acima contém uma das ideias que serão desenvolvidas neste capítulo: as classificações urbanas baseiam-se essencialmente em ordens e privilégios, o que lhes aproxima da estrutura social do Antigo Regime. Nesta perspectiva, a “cidade” pode ser “assimilada à nobreza”.² De fato, as taxinomias urbanas e a hierarquização das aglomerações portuguesas são decorrentes de um sistema de concessão de títulos e funções que “ilustram” e “enobrecem” as localidades que os recebem.

Além deste paralelismo, é importante sublinhar as influências recíprocas de ambas as hierarquias – a urbana e a social. Por um lado, as qualidades e os títulos das aglomerações podiam ajudar as elites locais a obter honras e privilégios. Por outro, a conquista de uma promoção urbana – ou seja, a obtenção do título de vila, de cidade ou de funções administrativas valorizadas – dependia, em larga medida, do caráter mais ou menos “nobre” da população local. Assim, as funções exercidas por alguns habitantes e os privilégios de que gozavam podiam constituir um fator de enobrecimento para uma cidade, uma vila ou mesmo um arraial, tornando tais lugares mais dignos das graças régias.

Estas relações estão expressas, de forma implícita, num requerimento enviado a Lisboa por volta de 1727 pela câmara de Vila Nova da Rainha do Caeté. Os oficiais solicitam, então, a concessão “dos mesmos privilégios de que gozam os cidadãos da Cidade do Porto”: proteção e tratamento diferenciado em casos de processos judiciais, o direito do porte de armas “ofensivas e defensivas”, a isenção das obrigações militares de seus “amos e lavradores”, entre outros. Tais privilégios haviam sido concedidos pelo rei Dom João II em 1490, em razão dos “muitos e extremados serviços, que sempre os reis passados receberam, e nós recebido temos, da nossa mui nobre e leal Cidade do Porto e cidadãos dela, com muita lealdade e fidelidade”.³

Não nos surpreende, portanto, que a fidelidade para com a Coroa tenha sido o primeiro argumento evocado pela câmara de Caeté para justificar sua pretensão:

A representação que faz a Câmara de Vila Nova da Rainha do distrito do Governo das Minas Gerais a S. Majestade que Deus guarde, que além de ser tão justificada, espera aquele senado, pelos muitos e relevantes serviços que tem feito ao dito Senhor depois do seu estabelecimento, há perto de vinte anos, lhe defira com os privilégios, honras particulares seguintes.

Que o dito Senhor lhe conceda os privilégios da Câmara da Cidade do Porto, graça que se tem concedido a várias vilas que não desmerece aquela, assim por ser a mais populosa que se acha nas Minas, como pelo tratamento das pessoas que a povoam, sendo todas brancas, e de distinção, por cujo respeito os Governadores têm ido às Minas assim para os negócios particulares do Real Serviço, como para todas as juntas que se fazem sobre o governo delas, e melhor direção para a arrecadação da Real Fazenda, os mandam chamar, indo prontamente, sem embargo da distância e despesa, sem mais interesse que o zelo do Real Serviço de S. Majestade.⁴

Neste discurso, vila e câmara são voluntariamente confundidas. Evidentemente, as provas de zelo e lealdade no tocante aos interesses régios haviam sido apresentadas pelos oficiais; porém, em função de sua importância demográfica e, sobretudo, de suas distinções sociais, é a vila – como uma entidade abstrata – que merece tais privilégios. Mas está claro que os camaristas seriam os únicos a lucrar com tal concessão: os “privilégios de cidadãos” que eles reivindicavam eram os mesmos de que gozavam os oficiais da câmara da cidade do Porto. De fato, o termo “cidadãos” não designava a população como um todo, mas apenas os homens que haviam ocupado cargos nas câmaras, bem como seus descendentes.⁵

Assim, por detrás da evocação do que seria uma qualidade urbana – a cortesia ou a “distinção” de seus habitantes – encontra-se um desejo de autopromoção das elites locais. Sabemos que a população de Vila Nova da Rainha do Caeté, tal como a de qualquer outra povoação de Minas Gerais, não era composta apenas de “pessoas brancas”: estas últimas constituíam uma minoria, e o que as tornava “distintas” era o fato de exercer (ou de haver exercido) funções na câmara ou nas milícias.

Notemos, também, que os oficiais não só afirmam que se trata de uma grande povoação, mas sustentam que Caeté é a vila “mais populosa que se acha nas Minas”, e que outras, de importância equivalente ou inferior, já haviam obtido a mesma graça. Este argumento revela um aspecto importante: a concorrência que caracterizava as relações entre as localidades da capitania.

De fato, a valorização dos títulos e dos privilégios criava um clima de competição constante entre as povoações. Tais rivalidades merecem ser analisadas, pois elas têm muito a revelar sobre os critérios contemporâneos de classificação urbana.

A EMULAÇÃO ENTRE AS CÂMARAS: A LUTA PELOS TÍTULOS E FUNÇÕES EM MINAS GERAIS

Durante a primeira metade do século XVIII, Vila Rica e Vila do Carmo disputaram a honrosa função de sede de circunscrições diversas: capitania, comarca, diocese.

Lembremos que, em 1709, o Conselho Ultramarino havia recomendado a instituição de três municipalidades na região das minas, uma das quais deveria receber o título de cidade, servindo de praça de armas e de residência do governador. Isto porque, durante o período colonial, o título de cidade era concedido a aglomerações que desempenhavam diversos papéis: religiosos e políticos (sedes de diocese, local de residência de autoridades civis) e, principalmente, defensivos.⁶ Porém, enquanto as cidades costeiras fundadas nos séculos XVI e XVII serviam para defender a colônia dos invasores estrangeiros, a praça de armas da zona mineradora teria por finalidade combater outras categorias de inimigos da Coroa portuguesa: contrabandistas, insurretos e quilombolas.

Em 1711, Antônio de Albuquerque instalaria apenas “vilas” na recém-criada “Capitania de São Paulo e Minas do Ouro”: Vila do Carmo, Vila Rica e Vila Real de Sabará. O título de cidade caberia então a São Paulo, que ainda não era sede de diocese, mas somente sede da nova capitania.⁷ É provável que a atribuição de tal privilégio fosse uma tentativa de acalmar o espírito dos paulistas, num período em que estes, conforme já vimos, rebelavam-se contra as autoridades reinóis. Por representar um fator de enobrecimento da localidade, a concessão do título poderia servir como uma prova de reconhecimento do rei àqueles

homens que, como lembrava um conselheiro régio em 1709, haviam “oferecido” as minas à Sua Majestade e “a quem totalmente se deve a riqueza que hoje logra a Coroa”.⁸ A promoção da vila ao estatuto de cidade deve ter constituído, portanto, uma das honras dispensadas aos paulistas para compensar os prejuízos sofridos pela perda de sua hegemonia na região das minas, após a Guerra dos Emboabas.⁹

É importante lembrar que, em Portugal, a concessão dos títulos urbanos havia servido a finalidades políticas em diversas ocasiões. Em 1410, Montargil tornava-se uma vila (o “lugar” sendo desmembrado da Vila de Santarém) e era cedida como senhorio a Johan Stevez, cavaleiro e vassalo do rei.¹⁰ Algumas décadas depois, o rei conferia o título de cidade à Vila de Bragança, a fim de recompensar seu duque, que ajudara financeiramente à Coroa na conquista do Marrocos. No século XVI, nos arquipélagos de Madeira e Açores, algumas vilas tornam-se cidades por terem adquirido a função de sede de diocese, outras recebem o título como recompensa por serviços prestados por seus nobres habitantes.¹¹ Em 1666, Salvador Correa de Sá – responsável pela reconquista de Angola e que, na época, organizava expedições em busca de minas no Brasil – obtém o título de vila para a localidade de Paul de Asseca, da qual seu filho viria a ser o primeiro visconde.¹² Tais práticas se prolongariam pelo século XVIII. Em 1759, Sebastião José de Carvalho e Melo – o futuro Marquês de Pombal – obteria o título de conde de Oeiras, bem como a concessão do título de vila a esta localidade portuguesa que era, então, apenas sede julgado. Em 1761, na colônia, uma outra localidade iria homenagear o conde: a Vila do Mocha, que tornar-se-ia, então, Cidade de Oeiras.¹³

Todavia, se em 1711 o título de cidade foi outorgado a São Paulo, por outro lado ela não pôde conservar, *de facto*, a prestigiosa função de capital da “Capitania de São Paulo e Minas do Ouro”, já que questões fiscais e políticas exigiram a presença constante dos governadores na zona aurífera. Em junho de 1710, o governador Antônio de Albuquerque julga conveniente tomar posse diante da câmara de São Paulo. Porém, logo a seguir, parte para a zona mineradora, de onde se ausentaria somente por curtos períodos. Em 1711, no entanto, a ameaça da esquadra de Duguay-Trouin exigiria sua permanência no Rio de Janeiro.¹⁴ Da mesma forma, os governadores seguintes (Dom Brás Baltasar e

Dom Pedro de Almeida, o conde de Assumar), permaneceram em São Paulo por pouco tempo após a cerimônia de posse – somente o necessário para a organização da viagem às minas – estabelecendo residência ora em Vila Rica, ora na Vila do Carmo (futura Mariana).¹⁵

Em 1721 – data na qual o governo da região é separado do de São Paulo –, as duas municipalidades disputam entre si a honra de se tornarem sede da nova capitania de Minas Gerais. Em sua argumentação, a câmara da Vila do Carmo destaca o fato de ter construído, por conta própria, um “palácio” para os governadores – o primeiro edifício assobradado e coberto de telhas da vila –,¹⁶ lembrando, ainda, as provas “de amor e fidelidade” oferecidas à Sua Majestade na época da sedição de Vila Rica. Porém, justamente por causa de tais acontecimentos sediciosos, Lisboa acabaria por decidir pela concentração do poder civil e militar em Vila Rica, fixando ali a sede do governo.

Diante deste fracasso, a câmara de Vila do Carmo busca obter uma compensação, reivindicando a função, também prestigiosa, de local de residência do ouvidor da comarca. Além das razões já citadas, ela recorre ao argumento da sua maior “antiguidade” e relembra os presentes recentemente oferecidos à Fazenda Real.¹⁷ Em fevereiro de 1721, após receber o requerimento, o rei pede ao conde de Assumar que lhe transmita o parecer do ouvidor da comarca, dos oficiais de Vila Rica e a sua própria opinião sobre o assunto. O governador deveria informar ao rei o número de habitantes das duas vilas, indicando “qual tem mais grandeza, e é mais opulenta, e será mais conveniente que sirva de cabeça da dita comarca”.¹⁸

Mas foi seu sucessor que, alguns meses depois, forneceu as informações solicitadas. Segundo Dom Lourenço de Almeida, Vila do Carmo bem merecia a função: os habitantes da sede e do termo eram numerosos, e alguns, com efeito, haviam provado sua fidelidade quando dos “motins e alterações passadas”.¹⁹ Outra de suas qualidades era sua antiguidade: mesmo se a Vila do Carmo era apenas “alguns dois meses” mais antiga que Vila Rica, ela era, ainda assim, a primeira vila instituída em Minas Gerais.²⁰

Contudo, obedecendo a uma ordem anterior do rei, Dom Lourenço de Almeida já havia dado posse ao ouvidor em Vila Rica, o que implicitamente a oficializava como sede da comarca.

Sendo assim, o governador sugeria ao rei que oferecesse uma outra compensação à Vila do Carmo, concedendo-lhe “algum privilégio de honra, porém não um dos maiores, porque se estas câmaras o quiserem, que o vão merecendo”.²¹ Este último comentário reforça um dos aspectos abordados anteriormente, isto é, o pouco apreço dos governadores pelas câmaras mineiras.

Dom João V, pelo contrário, parecia ter certa estima pela Vila do Carmo – que, a seus olhos, tinha-se “distinguido por sua fidelidade” – e decidiu conceder aos oficiais municipais uma honraria das mais consideráveis: o título de Cavaleiros da Ordem do Cristo. Como é sabido, tratava-se de um privilégio bastante cobiçado pelas elites do mundo português, devido ao estatuto social que ele conferia. Conforme observou António Manuel Hespanha, as comendas das Ordens Militares constituíam “um dos principais campos de investimentos simbólicos da sociedade portuguesa moderna”, pois dispensavam seus detentores de fornecer provas de limpeza de sangue para adquirir o estatuto de nobres.²² Como recompensa aos serviços prestados à Coroa, tais títulos funcionavam como mecanismos de sedução e de subordinação, sendo bastante úteis na colônia e, especialmente, em Minas Gerais, onde a pressão fiscal era mais forte e as rebeliões sempre “iminentes”.²³

Não obstante, o rei parecia considerar que tal privilégio ainda não estava à altura do “zelo” manifestado por seus súditos da Vila do Carmo. Em 1722, ele se mostrava particularmente agradecido à câmara, que acabava de construir, à sua custa, um quartel para os soldados da tropa dos Dragões e de adquirir terras “para terem melhor pastos os cavalos e estarem com melhor resguardo e segurança”. Numa carta enviada aos oficiais, Sua Majestade prometia uma recompensa futura: “este serviço fica na minha Real Lembrança para atender muito ao aumento desses moradores”.²⁴

A CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADE EM MINAS GERAIS

Dom João V não precisou esperar muito tempo antes que surgisse uma oportunidade de recompensar condignamente a primeira das vilas mineiras. A criação de um bispado na região já havia sido decidida na segunda década do século XVIII, e tal providência implicaria forçosamente a instituição de uma cidade

nas Minas Gerais.²⁵ No entanto, o rei não estava certo de que Vila do Carmo seria a localidade ideal para abrigar a futura residência do bispo e a catedral. Sendo assim, ele preferiu refletir durante alguns anos antes de se decidir: deveria escolher Vila Rica, que já era a capital civil de Minas Gerais, ou Vila do Carmo, que aguardava, ansiosa, um gesto de reconhecimento da parte de Lisboa?

Tudo leva a crer que o título de cidade tornou-se, nesta época, objeto de um verdadeiro leilão. As duas candidatas à função de cidade episcopal deviam comprovar sua riqueza, bem como sua capacidade para construir os equipamentos indispensáveis ao exercício da função religiosa, principalmente a catedral. Para isso, as câmaras tiveram que mobilizar seus administrados, recolhendo contribuições financeiras da população dos dois concelhos e prestando contas regularmente às autoridades da capitania. Em agosto de 1724, o provedor da Fazenda Real informava ao rei que a população do termo de Vila Rica já havia conseguido arrecadar entre duas e três arrobas de ouro (ou seja, entre 29 e 44 kg) em doações, e que a câmara já havia começado a reconstruir a igreja matriz de Antônio Dias, que estava em ruínas. Na correspondência trocada a seguir entre Vila Rica e Lisboa, cogitaram-se duas possibilidades: paralisar a obra da matriz e começar a construção de uma verdadeira catedral (mas seria difícil fazer com que o povo contribuísse novamente), ou utilizar a matriz reformada para este fim.²⁶ Porém, isso não significava que a escolha da localidade já estava feita.

Em setembro de 1724, Dom Lourenço apresentava o resultado de sua avaliação. Segundo ele, caso se levasse em consideração “a antiguidade”, Vila do Carmo teria “razão para querer toda a preferência”, pois se tratava da primeira municipalidade de Minas Gerais, criada dois meses antes de Vila Rica. Este atributo de Vila do Carmo trazia, aliás, vantagens honoríficas para sua câmara: “por essa causa, em todas as juntas que se fizeram, sempre teve a Câmara da Vila do Carmo o primeiro lugar”.²⁷ Por outro lado, o governador observava que Vila Rica também tinha suas qualidades, sendo enobrecida pelas funções que já exercia: ela era não apenas sede da comarca de Ouro Preto, mas também a capital da capitania, “pois nela é que Vossa Majestade manda que os governadores tomem posse”.²⁸ Graças à sua função de capital, bem como devido às “armas reais” que figuravam em seu estandarte, a câmara de Vila Rica gozava de honras e privilégios

particulares: em festas públicas, os oficiais ocupavam o camarote situado à direita do governador; em dias de missa, o padre devia acolher os oficiais diante da igreja e, terminada a celebração, acompanhá-los até a porta, ao som de badalos.²⁹ Enfim, o governador acrescentava que Vila Rica era “sem dúvida mais populosa e mais rica do que as outras”.³⁰

Contudo, no contexto político ainda instável da capitania, não convinha que o governador assumisse uma posição clara:

Só Vossa Majestade é quem pode resolver a qual delas é servido fazer a mercê da preferência, e como eu tenho pedido por outra carta de Vossa Majestade, queira servir-se de fazer mercê a esta Vila Rica de a fazer cidade; pelas razões que aponto, parecia-me que ambas estas vilas ficavam bem sendo cidade, esta vila [Vila Rica] e a de Nossa Senhora do Carmo, a que prefira às mais Vilas, fazendo-lhe Vossa Majestade também a mercê de lhe dar privilégios para os seus moradores que servirem na Câmara. Vossa Majestade mandará o que for servido, porque sempre é o melhor.³¹

Como se viu acima, o governador acabaria propondo uma solução conciliatória: se a função de cidade episcopal só podia ser exercida por uma das vilas, era possível, por outro lado, distribuir aos oficiais de ambas as câmaras “privilégios de honra”³² similares aos de cidades portuguesas como Lisboa e Porto – privilégios que, seriam, em seguida, solicitados por diversas outras vilas mineiras.³³

Porém, o rei não parecia ter pressa. Em 1727, embora se mostrasse agradecido à população de Vila Rica por sua generosidade, ele ordenaria ao provedor da Fazenda Real que interrompesse as obras da matriz de Vila Rica e que continuasse suas “diligências” e suas coletas “nas mais freguesias e câmaras (...) pondo em depósito o produto das esmolas e remetendo conta da sua importância”.³⁴ A decisão era então adiada, e não apenas porque a bula pontifical de criação da diocese ainda não havia sido emitida; aparentemente, a competição entre as duas vilas se revelara um negócio altamente lucrativo para a Coroa. Lembre-se que, nesta época, o ouro ainda era abundante na comarca do Ouro Preto, o que permitia semelhantes provas de “fidelidade” dos camaristas e, sobretudo, uma tal generosidade dos devotos dos dois concelhos.

Fosse pela antiga promessa feita à câmara, fosse pela grande “lealdade” de seus habitantes para com o rei de Portugal,³⁵ pela “antiguidade da vila” e “comodidade” do seu sítio,³⁶ ou ainda em razão do alto valor das contribuições recolhidas no seu termo,³⁷ o fato é que, em 1745, Dom João V escolhia Vila do Carmo para sede da nova diocese de Minas Gerais. Ela era, então, promovida ao estatuto de cidade e rebatizada “Mariana”, em homenagem à rainha.

Tal decisão fora tomada malgrado opiniões contrárias de diversas autoridades e, especialmente, dos oficiais de Vila Rica, que afirmavam que o estado físico da Vila do Carmo não era compatível com a preponderância conferida pelo título de cidade. Com efeito, desde 1737, pelo menos, a povoação era castigada pelas inundações anuais do rio do Carmo e, conseqüentemente, teve que ser reformada para acolher o bispo. Diante deste fato, outras localidades se pronunciaram, considerando-se mais capazes e dignas de exercer a honorável função de sede episcopal.

Em 1749, a câmara de São João del-Rei, sem chegar a pretender que Mariana deveria ser destituída da função de sede de diocese, pedia ao rei que a vila fosse enobrecida e honrada “com o título de cidade”, mas também que aos seus cidadãos fossem atribuídos os mesmos privilégios dos quais gozavam os da cidade do Rio de Janeiro.³⁸

Dom João V não satisfaz a nenhum destes desejos, mas os argumentos apresentados pelos oficiais merecem ser examinados:

A ereção de novas cidades é aumento da monarquia, e firmeza e melhor defesa dela o aumento da Nobreza, e sendo estas doações, não só as menos onerosas, mas as de maior utilidade aos Domínios de Vossa Majestade, não pode parecer excessivo o nosso requerimento e peditório, e se as cidades que faltam à fidelidade têm por castigo a demolição, pela mesma justiça distributiva devem ter o nome e prêmio de Cidades as povoações que na fidelidade mais se distinguiram, e a honra e o título de Nobres os vassallos que, com generoso desinteresse e impávida ousadia, ofereceram as vidas e as fazendas em serviço do seu Príncipe, e Senhor, e da utilidade pública.³⁹

Notemos que, aqui, a cidade não está associada à função religiosa que Mariana exercia há alguns anos, mas ao aspecto militar e defensivo, associado às provas de fidelidade que são

lembradas. Com efeito, a câmara de São João del-Rei tenta provar que já havia enfrentado, com “generoso desinteresse e impávida ousadia”, tanto inimigos externos – os franceses, que a população do concelho havia ajudado a combater, acompanhando o governador Antônio de Albuquerque ao Rio de Janeiro – quanto inimigos internos – em especial, os “desobedientes e sublevados” que desafiaram o conde de Assumar na sedição de Vila Rica, em 1720.⁴⁰ Em outro trecho da carta, os oficiais destacam que este último serviço constituía a maior prova de sua “puríssima fidelidade, e amor”, já que haviam colocado os interesses do soberano acima dos seus, observando as leis ainda que estas lhes parecessem “duras”.⁴¹ Trata-se, aqui, de uma referência evidente às reformas administrativas e às medidas fiscais que a Coroa procurava implementar nas primeiras décadas do século XVIII e que, como vimos, provocaram diversas revoltas em Minas.

No trecho citado encontramos, mais uma vez, a associação da nobreza urbana à nobreza social. Em virtude de sua “fidelidade” à Coroa, São João del-Rei seria digna do título de cidade, da mesma forma que seus habitantes – ou, melhor dizendo, seus “cidadãos” (aqueles que então ocupavam ou que já haviam ocupado cargos municipais) – mereceriam “o título de nobres”.

É importante lembrar que, para as elites locais das colônias portuguesas, a definição de “nobreza” não estava ligada unicamente a fatores hereditários (a ascendência familiar ou a pureza do sangue), nem ao poder econômico e político (a propriedade de terras e escravos, o exercício de postos na câmara ou nas milícias), mas incorporava também os méritos do povoamento e da defesa da colônia.⁴² Em cidades como Rio de Janeiro, Olinda, Salvador, Goa, Luanda ou Macau, aqueles que se apresentavam como “nobres” ou “pessoas principais” justificavam-no através de um discurso que destacava sua condição de protagonistas da conquista ultramarina. Em troca de serviços prestados à Coroa, tais indivíduos ou grupos reivindicavam graças, cargos e privilégios e insistiam na legitimidade desta troca de favores e no caráter obrigatório da retribuição real.⁴³

De fato, para os oficiais de São João del-Rei, as promessas reais tinham um caráter “quase contratual”,⁴⁴ como se pode constatar no trecho a seguir:

Na Real Presença de Vossa Majestade oferecemos a cópia de uma carta em que por sua soberana grandeza foi V. Majestade servido prometer prêmio a essa vila e seus moradores pelo serviço de acompanharem à sua custa o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho ao socorro do Rio de Janeiro, e também a cópia de outra do Governador D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, pela qual em nome de V. Majestade prometeu remuneração de outro igual serviço. O desejo de aumentar o merecimento tem sido até agora a causa da demora, não o esquecimento, porque tão especial favor andou sempre na lembrança de todos, e como tem faltado mais ocasiões de mostrar essa vila, e seus moradores, o zelo e lealdade no serviço de V. Majestade, e em benefício do bem público, chegamos aos seus pés para pedir o efeito daquela graça.

A obediência e serviço dos vassalos é dívida a que obriga o direito das gentes, mas o costume de os remunerar tem também feito de obrigação o prêmio, principalmente entre os Sereníssimos Monarcas Portugueses, e Senhores nossos, verdadeiros Pais de seus vassalos (...). Os serviços desta Vila, ainda que pequenos, para o que deseja merecer são dignos da real atenção de V. Majestade, como têm sido outros, não maiores, de outras povoações, para grandes prêmios (...).⁴⁵

As diversas comparações que aparecem na carta têm por objetivo demonstrar que São João del-Rei supera outras povoações mineiras em vários aspectos. Além dos episódios citados, o fato de ser a única localidade de Minas cujo nome homenageia o rei Dom João V é lembrado como uma prova suplementar da maior “fidelidade” da vila. Os oficiais também apresentam razões históricas e econômicas que justificam uma recompensa. O termo da vila e o território da comarca de Rio das Mortes teriam sido “a primeira escola dos antigos descobridores destas riquezas” – pois, segundo eles, as primeiras minas de ouro foram descobertas no vale do Rio Grande, antes chamado “sertão dos Cataguases”.⁴⁶ Se outras minas opulentas haviam sido descobertas mais tarde, e em outras regiões, estas primeiras jazidas se mostraram mais duradouras: enquanto em outras povoações “estão já lamentando a ruína por lhe negarem as entranhas da terra o precioso fruto”, na região do Rio das Mortes havia ainda filões promissores.⁴⁷

A esta questão, de ordem econômica, seguem-se outras comparações. Elas se baseiam na qualidade dos habitantes, na extensão da povoação, assim como em outros aspectos físicos da Vila de São João del-Rei, que é descrita como igual ou superior a outras *idades* da colônia:

Outras povoações não maiores, e talvez com menos méritos, têm conseguido nesta América, o título, e honra de Cidade, como há muitos anos a de Cabo Frio, São Paulo, Sergipe de El Rei e Paraíba do Norte (...). A povoação, Senhor, desta Vila, e seus moradores, não desmerecem a honra e mercê que pedimos, porque a vila é bem assentada, e povoada com alguns edifícios nobres, e regulares ruas com bem ornados templos, em que com muito asseio, grandeza e devoção se celebram os ofícios divinos, sendo os ares os mais puros e saudáveis desta capitania, o território mais alegre e vistoso, e o assento da vila o melhor de todos. Há bastante número de Nobreza com estabelecimento de famílias, de sorte que têm servido na república muitos Cavaleiros das ordens militares, e Cidadãos do Rio de Janeiro, e outras de Nobrezas hereditárias (...).⁴⁸

Vê-se, portanto, que o título de cidade encerrava uma grande diversidade de atributos. Com efeito, a representação de São João del-Rei nos fornece um panorama bastante completo do conjunto de critérios que permitiam avaliar a “grandeza” das povoações – a história, a economia, a composição social, a importância demográfica, as comodidades do sítio, o traçado das ruas, a arquitetura. Passaremos, agora, a uma análise mais detida destes critérios, através do estudo de outros exemplos e de outros tipos de fontes.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS POVOAÇÕES

Já examinamos os aspectos políticos da emancipação das povoações e da atribuição de títulos e funções. Nesta seção, trataremos especificamente dos elementos constitutivos das representações urbanas que aparecem na argumentação desenvolvida pelas vilas e arraiais mineiros.

Veremos que um mesmo tipo de argumento podia ser utilizado por diferentes protagonistas e servir a estratégias distintas. Por vezes, trata-se de demonstrar que a povoação merece determinada função, um título ou um privilégio: neste caso, a “graça”

régia é vista como uma consequência ou um reconhecimento de suas qualidades. Em outros exemplos, pelo contrário, trata-se de convencer as autoridades de Lisboa da necessidade de uma função administrativa suplementar para que a povoação possa se desenvolver ou reconquistar uma prosperidade anteriormente experimentada: em tais situações, a administração é vista como um motor de crescimento econômico e de desenvolvimento social, físico e demográfico.

De modo geral, os critérios de julgamento das povoações que aparecem na correspondência analisada são os mesmos que identificamos em textos descritivos produzidos em outros contextos – as “informações sobre as antiguidades” feitas por algumas câmaras em meados do século XVIII, bem como as “instruções”, “geografias históricas” e “memórias” sobre a capitania de Minas Gerais, redigidas por autoridades locais ou funcionários régios. Tais descrições – que, aliás, assemelham-se às que foram produzidas em Portugal na mesma época – tratam da história das localidades, suas funções administrativas, suas autoridades, como também das atividades econômicas, do sítio, e de suas características urbanísticas e arquitetônicas.⁴⁹ Há, portanto, todo um conjunto de critérios “cuja importância, absoluta e relativa, varia em função da localidade estudada e do autor”.⁵⁰

Alguns destes aspectos são interdependentes e aparecem associados nas argumentações; mas, por questões de clareza, nós os analisaremos individualmente.

OS “BRASÕES” URBANOS: ANTIGUIDADE, FATOS HISTÓRICOS E PROVAS DE FIDELIDADE

A carta datada de 1806, na qual os oficiais de São José solicitam um posto de juiz de fora para seu termo, reúne diversos aspectos que demonstram a preponderância atribuída à história das localidades:

Esta Vila é uma das mais antigas, e a segunda da Comarca, e antes da sua criação se chamava o Arraial Velho, e foi na era de 1718 que se começou a dizer Vila de São José. Ela nunca desmereceu a Real Proteção, e sempre cuidou com excessivo desvelo nos interesses da Coroa, e tranquilidade pública, quando os seus moradores, com ansiedade, procuravam dilatar o seu termo, e semear a religião no centro de sertões incógnitos, e ocupados

dos gentios. Compunham o seu termo o território da Vila e o pequeno arraial denominado de Prados, tudo o mais eram sertões incultos, asilos de negros fugitivos, e domicílio de gentios bárbaros e ferozes. Os nossos Maiores foram rebatendo as fúrias desta gente intratável, até que, com muito custo, conquistaram a Picada de Goiás, e Campo Grande, assolando vários quilombos de negros fugitivos, que agregados a outros facinorosos, levavam o terror por toda a parte.⁵¹

Tal como nas demandas de concessão do título de cidade que acabamos de examinar, a antiguidade da povoação aparece aqui como um dos principais atributos de São José. Quando este tipo de argumento surge nos requerimentos, geralmente, menciona-se a data de concessão do título de vila (e, portanto, de instituição do concelho); no entanto, em 1790 o arraial de Carijós (futura Vila de Queluz) se apoia no fato de ser a sede da “primaz das freguesias do bispado” de Minas Gerais para justificar sua promoção à condição de vila.⁵²

Os fatos históricos evocados pelos solicitantes de títulos, postos e privilégios estão, muitas vezes, centrados na conquista e no povoamento dos sertões, dos quais eles se dizem protagonistas. Porém, além dos atos de bravura, os “Maiores” dessas povoações – ou seja, as elites locais – podiam colocar em destaque outros tipos de “ofertas” à Coroa que também serviam de prova de sua fidelidade – verdadeiros “brasões” urbanos, segundo a metáfora utilizada pela municipalidade de São José:

Depois de ter estabelecido a ordem em todo o Termo, começaram os nossos Maiores a ofertar o fruto dos seus trabalhos aos Augustos Predecessores de Vossa Alteza Real, oferta que serve de maior brasão para essa Câmara, e que servirá para as idades futuras, mostrando nesta ação o zelo do aumento da Coroa, e modelo de fiéis vassalos.⁵³

Os oficiais anexam à carta diversas certidões que comprovam seus esforços “por distinguir-se das demais câmaras da capitania” e que deveriam servir para relembrar o rei de suas antigas promessas. Já no início do século, eles haviam financiado “um quartel para trinta cavalos, em bom sítio”.⁵⁴ Mais tarde, haviam oferecido diretamente “o fruto dos seus trabalhos” à Coroa: os camaristas mencionam somas consideráveis – sobretudo quando se tem em mente o montante anual das receitas municipais – que

havia sido pagas sob a forma de impostos, bem como outras, utilizadas para combater os quilombolas, para festejar nascimentos e outras datas importantes ligadas à família real.⁵⁵

Havia outras maneiras de demonstrar fidelidade à Coroa. Tal como os estandartes e brasões das vilas, que ostentavam as armas reais, os nomes das localidades eram sinais distintivos e emblemas das câmaras, podendo ser mais ou menos alusivos. Conforme vimos, em 1749, São João del-Rei, ambicionando o título de cidade, refere-se ao seu nome como uma homenagem prestada ao rei Dom João V. Na segunda metade do século, quando diversos arraiais almejam sua emancipação e o título de vila, eles pedem, ao mesmo tempo, que sejam rebatizados com nomes que evoquem a família real: Santa Luzia quer ser Vila Nova dos Infantes;⁵⁶ Conceição do Mato Dentro quer ser chamada Vila Petrina, “em memória do Augusto Nome do Sere-níssimo Príncipe de Beira”;⁵⁷ o arraial do Tijucu quer se tornar Vila Carlolina.⁵⁸ No caso de outras povoações, as denominações evocam não pessoas, mas lugares emblemáticos da monarquia portuguesa, como Queluz – sem dúvida, como uma forma de demonstrar que, conquanto situadas na colônia, tais localidades eram tão “portuguesas” quanto as vilas e aldeias do Reino, e que seus homens “principais” mereciam as mesmas honras concedidas aos “cidadãos” da metrópole.

ESTRUTURA SOCIAL: A “CAPACIDADE” DOS HABITANTES

Em 1798, os oficiais de São João del-Rei se opõem à emancipação de Campanha, tentando provar que o arraial não possuía os atributos necessários à condição de vila:

Agora querem uma câmara: o aumento da sua povoação, que chega já a oito mil vizinhos, e a necessidade de novas providências são os motivos que dão para conseguir: seja a sua povoação já crescida, e embora chegue a oito mil – ou mais vizinhos; não deve ser atendido tanto o seu número, quanto a sua qualidade. Os moradores daquele lugar são a maior parte mulatos, escravos e mestiços, e S. Majestade recomenda nas suas Leis que se elejam para juizes e vereadores homens de nascimento, e conceito. Consta presentemente que há um só juiz, [acharão] quem ocupe o lugar suficientemente, e haverá para vereadores, procurador? São raros mesmo para servirem de capitães do Distrito.⁵⁹

Durante o século XVIII, era ideia corrente em Portugal que os verdadeiros concelhos seriam aqueles que contavam com pessoas “capazes” para o exercício dos cargos municipais, especialmente para a função de juízes.⁶⁰ De fato, o substantivo “capacidade” e o adjetivo “capaz” são recorrentes nos documentos referentes à concessão de títulos e de funções administrativas em Minas Gerais, sendo importante, pois, que nos interessemos por seus significados coevos.

Estas palavras contêm sentidos intimamente ligados aos argumentos presentes na documentação analisada: segundo o dicionário de Raphael Bluteau, o termo “capacidade” remete à ideia de “amplitude”, de “extensão” de um lugar (“capacidade de um lugar”), mas também pode significar “doutrina, ciência, saber”. Da mesma forma, o adjetivo “capaz” designa “um lugar que cabe muitas coisas, ou muita gente” – a exemplo de “lugar capaz de dez mil pessoas” –, mas também a qualidade daquilo ou daquele que é “suficiente, digno, apto, bom, próprio para fazer alguma coisa”. É também um sinônimo para “douto”, “informado, instruído”.⁶¹ Como se vê, estas palavras podem ao mesmo tempo qualificar o continente – uma povoação – e o conteúdo – seus habitantes. Uma localidade pode ser mais ou menos “capaz” para um título ou uma função, dependendo do seu tamanho e das características do seu sítio; os habitantes podem ser considerados mais ou menos “capazes” de se autogerir, segundo sua “dignidade” e sua “ciência”. Os exemplos citados pelo lexicógrafo ilustram bem esta última acepção: “homem capaz de governar um reino”; “não é capaz para este ofício”.⁶²

O contexto específico – social e econômico – de Minas Gerais suscitou, porém, outras conotações para a expressão “capaz”. Em 1747, Gomes Freire de Andrade se opõe à promoção à condição de vila dos arraiais de Jequitaiá, Almas e Barreiras por diversas razões e, principalmente, porque não havia nestes lugares um número suficiente de pessoas “capazes” de exercer as funções de vereadores e de juízes, e de ocupar os outros postos da câmara. Segundo o governador, em cada um destes arraiais não se encontram “mais casais do que até cinquenta, porque os mais homens estão ali como de passagem, com algum gênero de mercadorias”.⁶³ Em um texto da mesma época, a população de outro arraial da região – Barra do Rio das Velhas, situado na confluência deste com o rio São Francisco – é descrita de forma pouco elogiosa:

“é o arraial pequeno e [serve] de refúgio aos malfeitores, por ser metido no sertão e passarem dali para onde querem”.⁶⁴

Com efeito, os sertões incluídos nos limites dos termos podiam ser considerados como zonas de expansão do povoamento, como reservas de riquezas (conforme se viu no caso do requerimento de Vila Rica, no capítulo precedente), ou, ao contrário, como terras “inúteis”, que não contribuíam para suprir as necessidades das vilas. Esta dualidade na representação dos sertões pode ser relacionada às duas visões opostas que as autoridades coloniais manifestavam a respeito de alguns habitantes destes lugares “desertos” e selvagens. Referimo-nos aqui aos criminosos, aos salteadores, aos vadios – enfim, aos “desclassificados” da sociedade mineira, categoria fluida, composta por mestiços, negros livres e brancos pobres, sem morada ou profissão definida. Como demonstrou Laura de Mello e Souza, esta população era, na maioria dos casos, considerada “inútil” e “perniciosa”, mas em certos momentos ela foi vista como uma força de trabalho complementar à dos escravos. Esta reserva de mão de obra revelou-se bastante útil quando se tornou necessário encontrar novas minas de ouro, ocupar e cultivar terras nas fronteiras mais inóspitas, ou ainda combater o inimigo castelhano, os índios “selvagens” ou os negros quilombolas.⁶⁵

Se em meados do século XVIII a população dos sertões do São Francisco não apresentava as qualidades necessárias ao exercício das funções camarárias (principalmente a de juiz ordinário), tal não era o caso de Paracatu, uma nova zona mineradora situada na parte oeste da capitania, onde Gomes Freire decidiu instituir um julgado. Em sua prestação de contas ao rei, o governador afirma que não somente havia ali “mais de dez mil almas”,⁶⁶ originárias de todas as comarcas de Minas Gerais, bem como de Goiás, São Paulo, da Bahia e do Rio de Janeiro, mas a povoação não parecia ser tão efêmera quanto outros arraiais mineradores: o rendimento das minas era elevado e “no arraial se acham situados alguns moradores que levaram suas famílias, além de outros que têm seus escravos e lavras”.⁶⁷ Pode-se concluir que, para os homens do tempo, a “capacidade” de um lugar para se tornar sede de jurisdição também dependia do grau de estabilidade de sua população; a existência de casais e de famílias constituídas era um sinal de que a localidade tinha se perenizado, não estando mais ocupada apenas por aventureiros de passagem.

Evidentemente, em uma sociedade marcada pela escravidão e pela mestiçagem, considerações de ordem racial eram bastante relevantes na apreciação das populações urbanas. Este aspecto está presente no parecer da câmara de São João del-Rei acima referido, sobre a criação da Vila de Campanha: embora a população deste arraial fosse considerável, não havia ali um número suficiente de “homens de nascimento e conceito”, e quase todos os habitantes eram negros ou mulatos. No mesmo período, a composição da população do Tijuco serve de argumento ao ouvidor da comarca de Serro do Frio, que emite um parecer contrário à emancipação do arraial. Segundo o magistrado, a população do Tijuco era maior do que a da Vila do Príncipe (a sede da comarca), porém ela não contava mais que 1.582 brancos, para 7.706 negros e 3.444 mulatos.⁶⁸

O recurso à superioridade numérica da população de cor como argumento depreciativo das aglomerações é bastante surpreendente: como se sabe, trata-se de um aspecto que caracteriza toda a população de Minas Gerais do período. Durante a segunda metade do século XVIII, a população branca era, de fato, minoritária nas quatro comarcas⁶⁹ e, provavelmente, em todos os concelhos da capitania.⁷⁰ Isto nos autoriza a supor que no interior de todas as aglomerações urbanas haveria uma estrutura populacional similar à que é descrita para o Tijuco – tanto nos arraiais quanto nas vilas, inclusive naquelas que exerciam funções prestigiosas de sede de comarca, como Vila do Príncipe e/ou São João del-Rei.

Pode-se duvidar da exatidão dos dados sobre a população do arraial do Tijuco – não apenas por serem fornecidos por uma autoridade contrária à demanda de emancipação, como também por não se saber à qual circunscrição os números se referem.⁷¹ No entanto, pode ser interessante compará-los aos dados demográficos de outras localidades, principalmente no que diz respeito à população masculina, já que somente homens ocupavam cargos municipais, e em geral homens brancos. No tocante ao início do século XIX, os números de que dispomos demonstram que os homens brancos eram minoria em todos os concelhos. No território de Vila do Príncipe, eles representavam apenas 14,8% da população masculina (um censo de 1808 indica 4.584 homens brancos para 14.483 negros, na maioria escravos, e 11.861 mestiços, sendo a grande maioria destes últimos constituída por forros).⁷² Ora, segundo o parecer do

ouvidor, no Tijuco a proporção era de 12,42% – portanto, não muito inferior à da sede da comarca. A inferioridade numérica da população masculina branca verifica-se ainda nos territórios da sede da diocese e da capitania: no termo de Mariana, havia apenas 16,68% de brancos entre a população masculina (4.591 brancos, 13.599 negros, a grande maioria deles cativos, 9.027 mestiços, sendo que apenas 1.286 destes eram escravos)⁷³ e no termo de Vila Rica, a proporção era de 18,57% (2.080 brancos, 5.578 negros, a maioria escravos, e 3.542 mestiços, dos quais apenas 403 eram cativos).⁷⁴

No termo de São João del-Rei, os brancos eram mais numerosos do que em outras localidades, mas não passavam de 35,5% da população masculina (5.514 homens brancos para 6.877 negros e 3.148 mestiços, segundo o mesmo censo). Na mesma época, no termo da Vila de São José a população branca era também inferior à população de cor: os brancos representavam apenas 30,2% do número total de pessoas do sexo masculino (3.675 homens brancos para 6.008 negros e 2.478 mestiços).

Ora, esta proporção de homens brancos parece se manter quando mudamos de escala: em lugar de considerar todo o termo, levaremos em conta somente o território mais restrito da paróquia de cada vila.⁷⁵ No caso de Vila Rica, a população branca das duas paróquias urbanas reunidas (Antônio Dias e Pilar do Ouro Preto) corresponde a 24,9% do total de habitantes do sexo masculino (736 brancos, 1.299 negros, 1.040 mestiços, em 1815).⁷⁶ Para São José, encontramos uma porcentagem de 27,6% (1.586 homens brancos, 2.909 negros e 1.243 mulatos em 1810).⁷⁷ As indicações fornecidas, em 1818, pelos naturalistas Spix e Martius a respeito de São João del-Rei mostram uma composição social similar: “A vila conta com uma população de seis mil habitantes, dos quais apenas um terço compõe-se de brancos.”⁷⁸

Além da cor da pele, outros critérios eram levados em conta na avaliação da dignidade dos habitantes e da importância de uma localidade: a existência, no presente ou no passado, “de homens insígnies por virtudes, letras ou armas”, tanto quanto a presença de famílias dotadas de “brasões, apelidos, e prerrogativas”.⁷⁹ De fato, conforme pudemos constatar através das definições da época, a “capacidade” dos habitantes estava ligada à sua nobreza (frequentemente adquirida pelo exercício de funções honoríficas ou de serviços prestados à Coroa), mas também à sua “ciência e instrução”.

Em 1749, quando São João del-Rei reivindica o título de cidade, a câmara não deixa de evocar a nobreza de sua população: “Há bastante número de Nobreza com estabelecimento de famílias, de sorte que têm servido na república muitos Cavaleiros das ordens militares, e Cidadãos do Rio de Janeiro, e outras de Nobrezas hereditárias (...).”⁸⁰ No mesmo período, um membro da elite local descreve a vila gabando-se do número de cargos e órgãos administrativos que ela acolhe, bem como do recato, da respeitabilidade e da civilidade de seus habitantes:

No largo por detrás da matriz se levanta o Paço do Concelho, ou Casa de Câmara, cujos oficiais que têm servido e servem são dignos de todo o respeito e veneração. Seus moradores são de tratamento grave; graves nas pessoas e sem afetação, em tudo graves e com civilidade (...). Tem a Vila de São João del-Rei Ouvidoria de que se honra, pela qual se faz cabeça de comarca com seu ouvidor-geral, escrivão, inquiridor e meirinho-geral com seu escrivão. Escrevem neste juízo, de mais do seu escrivão próprio, o escrivão das execuções, o dos ausentes, e também o tabelião (...) tem juiz dos órfãos e juiz do eclesiástico com seus oficiais, além dos que há que chamam oficiais de campo. Ultimamente, tem a Casa Real da Intendência, de que muito se autoriza, e compõe-se este tribunal de um presidente, homem de letras, um fiscal, um escrivão com seu ajudante, um tesoureiro e um meirinho do tribunal, ao qual se vão pagar os quintos.⁸¹

A presença de autoridades e de instituições na cena urbana é apresentada aqui como uma prova do desenvolvimento social e cultural. De fato, diversas representações demonstram que os vários papéis administrativos desempenhados por localidades como São João del-Rei e Vila Rica lhes valiam prestígio e notoriedade. Isto não ocorria em todas as sedes de concelhos, pois estas nem sempre acolhiam pessoas “doutas e instruídas” entre seus habitantes. Enquanto nas sedes das comarcas, os mais importantes cargos das ouvidorias e intendências eram ocupados por bacharéis diretamente nomeados pelo rei, os cargos municipais das vilas comuns pertenciam às “pessoas principais da terra” – ou seja, aos mais ricos e influentes que, segundo alguns observadores, nem sempre estavam à altura da “nobreza” que os ofícios das câmaras lhes conferiam.⁸²

Em 1798, a Vila de São José pede ao governador Bernardo José de Lorena que anule a criação das vilas de São Bento do Tamanduá, Queluz e Barbacena, que havia provocado a perda

da maior parte de seu termo. Para convencê-lo de que a existência destas vilas era prejudicial aos seus “próprios moradores”, os oficiais de São José afirmam que os três novos concelhos não dispõem de advogados nem de pessoas aptas a exercer funções judiciárias e administrativas:

Em nenhuma delas há um advogado, do que se seguem admitirem requerentes e rúbulas revoltosos, que depois de fazerem processos informes, e de obrigarem as partes a despesas excessivas (...), vão procurar socorro na cabeça da comarca. [Nestas três vilas] custam a achar quem ocupe os cargos da câmara: e não há muito tempo que na de Barbacena o sacristão era Almotacel. Para juízes, elegem lavradores, que em razão das distâncias, vêm constrangidos, por deixarem suas casas, suspenderem seus interesses, e verem-se obrigados a dispêndios avultados.⁸³

A legislação geral do Reino português determinava que os cargos concelhios deveriam ser ocupados pela “nobreza da terra” e proibia a participação de algumas categorias de habitantes no governo municipal, especialmente os trabalhadores manuais (oficiais mecânicos). Contudo, eram “os ‘usos’ de cada terra e as relações de força no terreno que definiam o limiar de acesso a nobrezas camarárias”,⁸⁴ tanto mais porque os cargos municipais conferiam, eles próprios, um certo tipo de nobreza aos seus detentores. Assim, enquanto nas câmaras mais importantes do Reino só havia lugar para fidalgos (categoria superior e mais restrita de nobres), os concelhos menores e mais humildes podiam ter como oficiais “marítimos, lavradores, e até oficiais mecânicos e trabalhadores rurais”.⁸⁵

Além disso, o aspecto qualitativo – a composição social das câmaras – não estava dissociado do aspecto quantitativo, ou seja, do número total de habitantes dos territórios municipais. Abaixo de certo patamar de população, era mais difícil encontrar pessoas suficientemente instruídas e abastadas para ocupar os cargos de juiz, colocando em perigo a “boa ordem da justiça”.⁸⁶

A IMPORTÂNCIA DEMOGRÁFICA DAS POVOAÇÕES

A referência ao número de habitantes dos arraiais e vilas não é frequente na correspondência analisada, e está praticamente ausente nas corografias da época colonial. A maior parte dos dados do período refere-se ao número total de “almas” de uma

paróquia, ou de habitantes de um concelho, que não podem ser consideradas como populações urbanas (as freguesias e concelhos abrigando muitas áreas rurais). As raras menções feitas à importância demográfica das povoações são bastante vagas: na maioria das vezes, fala-se de um “lugar bem povoado”, de uma “grande povoação”, de uma “vila de bastante gente” ou de “uma das maiores povoações de Minas”.⁸⁷ Em uma descrição da Vila do Príncipe e dos arraiais do seu termo, só se encontram referências deste tipo:

A Vila do Príncipe (...) tem bastante gente e casas de madeira ordinárias (...). O arraial do Tijuco, que foi fundado primeiro que a Vila (...) é arraial grande em sítio alegre (...). Tem este arraial bastante gente que vive das suas vendas e ofícios e alguns mineiros (...). Tem mais o arraial da Senhora do Pilar, de pouca gente, o arraial dos Córregos, também pequeno (...) o arraial da Paraúna, o da Gouveia, Milho Verde, o de São Gonçalo, todos pequenos e com suas capelas, em que se administram os sacramentos (...).⁸⁸

Nas raras vezes em que se mencionam números, estes parecem duvidosos: não apenas em função dos interesses que estavam em jogo, mas também porque não se sabe qual é, exatamente, a superfície compreendida na contagem. Às vezes, tem-se a impressão de que apenas a parte mais densa da povoação foi levada em conta: é o caso da petição do arraial de Brejo do Salgado (margem esquerda do rio São Francisco), que contém uma declaração do padre atestando que o lugar possuía “mais de sessenta fogos”.⁸⁹ É também o que ocorre em Igreja Grande (a futura Barbacena): segundo os suplicantes, o arraial se achava “com tal grandeza que é uma das maiores povoações que Vossa Majestade tem nessa Capitania, pois se acham já feitas no dito arraial perto de oitenta casas”.⁹⁰ Em outras solicitações, nenhum número é mencionado, mas há referências claras a uma superfície mais extensa do que a ocupada pela aglomeração principal: assim, Paracatu pede o título de vila alegando que “o arraial e seus subúrbios formam uma grande povoação”, a qual, “em sua essência” – ou seja, em sua parte principal, mais densa – seria “muito maior do que a Vila de Sabará”, localidade da qual dependia.⁹¹

Este tipo de argumento e de descrição foi utilizado também por José Joaquim Vieira Couto, “procurador do povo” do Tijuco. Sem dar números, ele tenta convencer as autoridades metropolitanas

de que o arraial mereceria o título de vila, por ser mais populoso do que a Vila do Príncipe, à qual se submetia: “tendo Arraial do Tijuco a população a maior de toda a Comarca, tanto por si, como por outros muitos arraiais e povoações que o cercam”.⁹²

Pode-se notar que as expressões utilizadas e o tipo de informações que predominam nestes documentos – “pequeno”, “grande”, “maior”, “oitenta casas” etc. – fornecem imagens que se referem mais à extensão da superfície construída das povoações do que ao seu peso demográfico propriamente dito. Tal constatação coincide com as observações feitas por Bernard Lepetit sobre a evolução da noção de *ville*: analisando as descrições geográficas francesas entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do XIX, ele percebeu o caráter tardio da proeminência do número de habitantes como critério de avaliação dos estabelecimentos urbanos.⁹³ De fato, antes do fim do Antigo Regime, o adjetivo “grandeza” referia-se ao tamanho da superfície construída, e a hierarquia das vilas baseava-se na extensão do espaço interno às muralhas. Neste sentido, a insistência sobre o número de casas podia tanto estar ligada a um interesse nascente pela densidade populacional, quanto a uma visão culturalista da cidade – as casas sendo um “elemento do grande teatro urbano”.⁹⁴

Não obstante, esta falta de definição e de precisão dos dados demográficos – característica dos recenseamentos portugueses do século XVIII – pode não ser apenas um reflexo da mentalidade dominante no período, mas também, como sugeriu Ana Cristina Nogueira da Silva, uma estratégia política.⁹⁵ Uma vez que a Coroa jamais estabelecera ou divulgara critérios claros (e, em especial, um patamar mínimo de população) para definir a aptidão de uma aglomeração para ostentar o título de vila, ou para exercer funções administrativas, as decisões eram tomadas caso a caso. Com efeito, a importância demográfica das cidades, vilas e “lugares” do Reino português era extremamente variável.

O requerimento do arraial de Santa Luzia está entre os documentos que fornecem uma indicação do número de habitantes da localidade e de seus arredores. Todavia, a julgar pelos números “arredondados”, é provável que se trate de uma simples estimativa:

Que na situação deste arraial onde os suplicantes pretendem a nova vila se acham já trezentos vizinhos,⁹⁶ e se continuam no aumento que estes juntos aos imediatos nos seus subúrbios com

famílias, e fábricas, é numeroso povo, de sorte que tendo o arraial (...) duas grandes igrejas, havendo nelas quatro, cinco e mais missas que se dizem, se enchem estas.⁹⁷

Nota-se a maneira original com a qual seu autor exprime, simultaneamente, a importância demográfica e o poder de polarização do arraial sobre o território circundante. Embora existissem, em torno de Santa Luzia, diversas outras povoações e zonas rurais equipadas com edifícios religiosos, a população dos arredores preferia participar das cerimônias ocorridas nas duas igrejas do arraial, o que lhe proporcionava uma considerável população flutuante.

Ora, esta polarização exercida pela localidade parece surpreendente quando se leva em conta que, antes de 1779, Santa Luzia não era sequer sede de paróquia. Na época da petição, sua igreja principal já havia sido ampliada e bem ornamentada, mas não passava de uma capela filial da antiga freguesia de Roça Grande.⁹⁸ A explicação é que a atração exercida por Santa Luzia sobre as zonas em torno era de natureza, sobretudo, econômica: como veremos a seguir, a situação privilegiada do arraial o havia transformado em um importante polo comercial.

ECONOMIA: DECADÊNCIA E PROSPERIDADE DAS VILAS E ARRAIAIS

Além dos aspectos demográficos e sociais, a vocação ou “capacidade” de um lugar a sustentar o título de vila era medida também por fatores econômicos. Em certos requerimentos, a existência de produção agrícola e de recursos naturais suficientes para abastecer a população é um dos aspectos destacados:

(...) o dito arraial a distrito da Campanha do Rio Verde se acha situado em longa distância da Vila de São João del-Rei (...) e com capacidade para ser vila, por estar bem formado em campo aprazível, com muitas ruas e casas de telha e sobrados, e terras de cultura e minerais com lavras abertas, e fazendas de criar para sua sustentação (...).⁹⁹

A enumeração dos “frutos da terra mais abundantes” dentro dos termos das vilas constitui um dos aspectos privilegiados nas geografias descritivas portuguesas. Tais dados informam sobre a capacidade de autossustentância dos concelhos que, conforme

vimos, era uma qualidade que contribuía para “magnificar” suas sedes – as vilas e as cidades. Este tipo de referência aparece em uma descrição da cidade de Mariana, feita pelo intendente José João Teixeira Coelho: “Tem nas suas vizinhanças algumas pequenas quintas a que dão o nome de chácaras, as quais produzem muitas hortaliças e frutas, que se consomem na mesma cidade e em Vila Rica.”¹⁰⁰

Tal como Mariana, a Vila de Pitangui também exportava os excedentes de sua produção agropecuária e artesanal, conforme relata o militar José Joaquim da Rocha:

(...) a Vila de Pitangui, situada nas vizinhanças do sertão, ao noroeste da Vila do Sabará (...) em terreno bastante fértil de peixe, caça, gados e tudo o mais de que se necessita para o sustento da vila. Na vizinhança desta, tem muitas fazendas de gado vacum, que não só fornecem de carne à mesma vila, mas ainda às demais da Capitania e suas povoações (...).

Do termo desta vila sai imensidade de carregações de toucinho, embarcadas em canoas que descem pelo Rio Pará e vão sair no São Francisco e aportar em várias povoações que se acham nas margens deste mesmo rio, onde por avultado preço o vendem a negociantes. As aguardentes de cana, que se fazem nas vizinhanças de Pitangui, são as mais nomeadas em todas as Minas e a de que usam a maior parte dos seus povoadores. Igual singularidade tem o açúcar, fabricado nos mesmos engenhos e conduzido por vários negociantes que costumam vendê-lo pelas comarcas vizinhas.¹⁰¹

As produções locais, o dinamismo econômico e a existência de um comércio ativo não eram condições suficientes para a obtenção da autonomia administrativa e judiciária. Porém, quando aliados a outros argumentos – como a importância demográfica e a distância dos juízes ordinários –, esses dados podiam ajudar a convencer as autoridades da capitania e da metrópole sobre a necessidade da criação de uma nova sede de jurisdição. No auto de criação da Vila de Queluz, encontram-se resumidos os argumentos que haviam sido apresentados pelos habitantes de Carijós e pelos fregueses de duas outras paróquias vizinhas: não apenas eles formavam, todos juntos, “uma povoação de quase vinte mil habitantes”, mas o local possuía recursos suficientes para a subsistência da população, bem como terras que permaneciam

desocupadas – o que poderia permitir a expansão da fronteira agrícola e assegurar o desenvolvimento futuro do novo concelho. Além disso, a aglomeração de Carijós era fortemente comercial, pois se situava “na Estrada Real, que vem da Cidade do Rio de Janeiro para estas Minas Gerais, e Capitania de Goiás”.¹⁰²

A situação geográfica vantajosa, a vocação comercial e a capacidade de sobrevivência do futuro concelho são aspectos destacados em outras petições, como a de Santa Luzia. Durante a primeira metade do século, este arraial já era um importante entreposto comercial, e a maior parte dos homens ricos da localidade era de negociantes.¹⁰³ A razão deste desenvolvimento era a posição do arraial em relação a uma importante estrada da capitania:

(...) que passa por esse arraial a estrada tão famigerada, como geral, de todos os sertões do grande Rio de São Francisco, Bahia, Pernambuco e Maranhão, com infinito e numeroso comércio para todas as Minas Gerais; como também para as minas de Paracatu, e Capitania de Goiás (...).¹⁰⁴

Porém, se a prosperidade dos arraiais era um forte argumento para conquistar uma promoção urbana, a diminuição do ritmo de crescimento destas aglomerações também podia ser utilizada pelos opositores de tais projetos de emancipação. Em 1801, um dos principais argumentos contrários à ereção de uma vila no Tijuco apresentados pelo ouvidor da comarca e por autoridades militares era, justamente, a “decadência” do arraial. Segundo estes testemunhos, o lugar, que servia de sede da Demarcação Diamantina, era mais povoado do que a Vila do Príncipe, e em outros tempos teria merecido ser honrado com o título de vila, pois era “extraordinário” em termos de “população, comércio, luxo e riqueza”. A subsistência das numerosas famílias ali instaladas era, então, assegurada pelo “giro contínuo de cabedal imenso” produzido na zona diamantina. Contudo, o arraial pouco a pouco perdera sua “grandeza” e, em 1795, a diminuição da produção de diamantes e as muitas expulsões decretadas pelo intendente haviam representado “um golpe fatal à fortuna e haveres dos que moravam dentro e fora da Demarcação”. O número de estabelecimentos comerciais (lojas e vendas) diminuiria, e “dentro

do mencionado arraial existem hoje infinitas casas fechadas, por falta de alugador”.¹⁰⁵

Mas a “decadência” das aglomerações também podia servir de argumento em favor da obtenção de títulos, cargos ou outras funções administrativas suplementares. Foi o caso dos requerimentos de São José e de Campanha, que quiseram se tornar sedes de comarca como compensação pelas perdas territoriais provocadas pela criação de novos concelhos. É o que sugere a carta dos oficiais da Vila de Campanha da Princesa que, embora longa, merece ser citada:

Depois de uma porfiada, ambiciosa e clandestina oposição dos povos da Vila de São João del-Rei (...) foi V. Majestade servido erigir em Vila o julgado da Campanha, distinguindo-a com a denominação – de Vila da Campanha da Princesa – e reconhecendo o amor, e lealdade de tão fiéis vassalos (...), crescendo desde então o aumento da população, comércio e agricultura pela pronta disposição dos gêneros, exportados pelos fazendeiros cultivadores, que faz a primeira, e mais sustentável base de todos os ramos de negociações, e mesmo do Real Estado.

A Campanha (...) encaminhando-se na organização de uma populosa praça, de que poderiam redundar vantagens consideráveis ao mesmo Estado (...) se viu em um momento abatida, e reduzida à maior decadência que se pode pensar; seus edifícios arruinados, sem que a indigência os deixe reparar, seus habitantes dispersos, porque de suas artes e ofícios não lhes resultava o útil, os agricultores desanimados de suas culturas pela falha de imediata e disposição dos efeitos provindos do seu trabalho, e na precisão de recorrerem a povoações dispersas em distância de mais de 20 e 30 léguas disporem dos mesmos gêneros, cujos resultados não correspondem à despesa e trabalho, os deixa tristes (...) e mil outros inconvenientes que fazem a última ruína daquele país; tudo isso porque no Termo da Campanha da Princesa se criaram duas vilas, que são a de Santa Maria de Baependi e de São Carlos do Jacuí, que abrangeram o mais precioso das povoações e terreno que pertenciam à Campanha, fazendo-se as divisas segundo as freguesias e não ao cômodo dos povos, como é indubitável da Real intenção.

Para reparar tantos danos, e tal decadência e consternação, requereram os suplicantes a V. Majestade, pela repartição competente, a ereção da Comarca naquela Vila da Campanha da Princesa, à qual deveriam ficar pertencendo as duas vilas criadas no seu

termo, e no Real Domínio da Sereníssima Princesa, hoje Nossa Augusta Rainha e Senhora (...).¹⁰⁶

Na passagem seguinte, a administração aparece como uma panaceia: a presença de um ouvidor bastaria para dar a Campanha o poder de atração que a vila perdera com o desmembramento de seu território:

Quando V. Majestade, pela alta e incomparável beneficência, com que atende e promove a felicidade dos seus reais vassalos, se digne, em deferimento aos suplicantes, elevar a Comarca aquela Vila, de novo animará a população por via dos empregos públicos, da comunidade dos povos, que sem necessidade de trinta e mais léguas a São João del-Rei, acharão ali Ouvidor e corregedor para (...) promover seus recursos (...) redundando ao mesmo tempo consideráveis interesses ao comércio, e de uma vez ficarão suprimidas a decadência, e mais ruínas (...).

São esses fatos tão verdadeiros (...) não lhes sendo possível ver sem emulação a Vila de Paracatu,¹⁰⁷ criada após da Campanha, e sem a capacidade desta, erigida em Comarca, bem como outras das mais diferentes Capitânias, e nem ver sem dor, e mais sensibilidade, seu país aniquilado (...).¹⁰⁸

Da mesma forma, São José vê somente duas soluções para recuperar seu poder de polarização frente às localidades emancipadas do seu termo: tornar-se sede de uma nova comarca, ou obter um lugar de um juiz de fora:

Sim, se os habitantes do termo desta Vila tivessem um ministro particularmente seu, que como próprio pai os atendessem quais legítimos filhos, cessavam os males que têm padecido, e outros que, prudentes, já temem. Cresciam os interesses do Real Erário; o comércio aumentava-se, e esperava-se a conservação das casas (...), reparariam a total decadência (...).¹⁰⁹

Em ambos os exemplos, a justiça letrada é representada como algo que possui um poder indutor: a presença de magistrados, advogados e de outros oficiais (tabeliães, escrivães etc.) provocaria o crescimento demográfico que, por sua vez, levaria ao desenvolvimento do artesanato, do comércio e da agricultura. A promoção urbana aparece, portanto, como uma compensação e como um paliativo à “ruína” e aos “males” dos organismos urbanos. Não se deve, porém, excluir a hipótese de que tais “males”

tenham sido exagerados pelos oficiais: conforme já foi observado em um contexto similar, “a racionalidade da compensação leva as localidades a desvalorizar o que possuem e a valorizar o objeto de sua cobiça, a administração”. Trata-se, pois, de uma visão “mais econômica e funcionalista da cidade” e, ao mesmo tempo, de “uma concepção mais finalista da administração”.¹¹⁰

É interessante notar que, neste período, tal representação pode ser encontrada tanto nas obras de economistas quanto nos discursos dos peticionários franceses,¹¹¹ mas está ausente na correspondência suscitada pelos projetos de reforma administrativa em Portugal. Com efeito, Ana Cristina Nogueira da Silva demonstrou que, no final do século XVIII, as localidades portuguesas não utilizaram o argumento da administração como “motor” ou gerador de atividades econômicas; em suas representações, o papel da sede pode, no máximo, favorecer a “conservação” ou a manutenção do crescimento de aglomerações já prósperas ou em vias de desenvolvimento. Para as elites camarárias portuguesas, parecia “ser claro que a liberalidade régia não compensava insuficiências, mas méritos”.¹¹²

Ora, como vimos, as principais “virtudes” das povoações não seriam tanto econômicas, mas, sobretudo, honoríficas: os atributos mais valorizados eram a antiguidade, os fatos históricos, a “nobreza” dos edifícios e dos habitantes, bem como os serviços prestados ao rei. Percebe-se que, tanto nas petições como nas corografias portuguesas, a existência de órgãos administrativos não era considerada como um reconhecimento da importância econômica, pois a prosperidade das povoações era muitas vezes efêmera. As funções e títulos urbanos eram vistos, sobretudo, como um signo da proeminência histórica e dos méritos das localidades – e, portanto, como um “privilegio inviolável”.¹¹³

Note-se, por fim, que a existência desta visão da administração como um elemento indutor do desenvolvimento demográfico e econômico não quer dizer que haja uma verdadeira originalidade ou “modernidade” nos discursos das elites mineiras, em relação às representações mais tradicionais suscitadas pelos projetos de reforma do Reino. Tal argumento é abordado com pouca frequência na documentação, e jamais de maneira isolada: encontramos-lo sempre associado às imagens históricas e culturalistas da cidade.

A MORFOLOGIA URBANA: SÍTIO, ELEMENTOS URBANÍSTICOS E ARQUITETÔNICOS

As alusões à salubridade, aos recursos naturais, à comodidade e à beleza dos sítios urbanos são muito frequentes nos requerimentos enviados a Lisboa pelas vilas e arraiais, sendo, portanto, critérios importantes na avaliação das povoações. Examinemos a descrição que aparece no pedido de Santa Luzia:

Que é o assento para a nova Vila em uma altura iminente, chegado, pela parte do nascente, ao grandioso e afamado Rio das Velhas, pelos numerosos quintais de ouro que tem dado e há de dar, e principalmente no continente da nova vila (...) tendo outrossim a singularidade (...) de estar cercada de fontes, com vista pelo redondo de mais de vinte léguas.¹¹⁴

Neste caso, a funcionalidade do sítio está associada a questões de estética: a existência de boas nascentes é, evidentemente, um aspecto importante para avaliar um estabelecimento humano, mas também se destaca a bela vista que se tem sobre os arredores. Aliás, os dois aspectos topográficos se fazem presentes em diversas geografias descritivas do Reino português.¹¹⁵

Estas ideias estão associadas à questão da salubridade em uma descrição de Mariana de meados do século XVIII:

É aquela nova cidade muito alegre e aprazível, descoberta dos montes e serras, que suposto correm em seu circuito é em distância de meia légua, de sorte que a deixam em um vale vistoso. (...) O clima é úmido e quente, e por isso muito saudável, e nele prevalecem as idades largos anos.¹¹⁶

Em São João del-Rei, a pureza do ar inspira uma descrição ainda mais elogiosa (e erudita) da vila, feita por um de seus habitantes:

Por todas essas circunstâncias se faz a vila de São João del-Rei do agrado de todos, e de todos mais apetecida por habitada pelo excelente clima de que goza, a que não fazem inveja os celebrados de Cápuia, na Itália, nem o da Tessália, na Grécia, porque é lavada de rocios ventos, que a favoneiam, cujos ares recebem seus habitantes vitais e respiram puros.¹¹⁷

Em algumas descrições, evoca-se também a questão da “comodidade” do sítio, que inclui o aspecto mais ou menos plano do terreno – fator de grande importância, podendo condicionar as possibilidades de crescimento das aglomerações. Em 1739, o ouvidor da comarca do Rio das Mortes, satisfeito por ter escolhido uma planície para a fundação do novo arraial da Campanha, já prevê sua expansão futura e a necessidade de ali criar “vila com juízes”.¹¹⁸ Por seu turno, em 1732, o governador da capitania considera que a Vila do Príncipe – situada sobre morros muito abruptos – não poderia crescer “devido ao mau sítio no qual fora construída”; na época, ela não contava mais que “sessenta casas, poucas delas cobertas de telhas, e as mais de palha”.¹¹⁹ Alguns anos mais tarde, Gomes Freire daria um parecer desfavorável à instituição de novas vilas nos arraiais de Jequitaiá, Almas e Barreiras, alegando diversas razões, dentre as quais a insalubridade das margens do São Francisco: “as contínuas doenças daquelas paragens não dão lugar a residirem ali gentes, nem ainda criminosos, sem que para diante receiem maior perigo de perderem a vida”.¹²⁰

Além do sítio, outros elementos da morfologia urbana revelam-se importantes na avaliação das localidades. O número e a qualidade arquitetônica das casas, dos edifícios públicos e das igrejas, a existência de ruas pavimentadas, de pontes sólidas e de belos chafarizes podem, evidentemente, fornecer pistas acerca da vitalidade financeira dos concelhos – sabendo-se que as obras públicas consumiam uma parte considerável das receitas municipais. Mas tais elementos têm também muito a dizer sobre a cultura e a “urbanidade” dos habitantes.

Em sua petição, as “pessoas principais” de Campanha buscam demonstrar que seu arraial merece ser elevado à condição de vila, em função de seu sítio agradável e de suas numerosas ruas e casas bem construídas: “o dito arraial a distrito da Campanha do Rio Verde se acha (...) com capacidade para ser vila, por estar bem formado em campo aprazível, com muitas ruas e casas de telha e sobrados”.¹²¹ Mas, durante várias décadas, as pretensões de Campanha seriam combatidas pela câmara de São João del-Rei. Em uma de suas muitas cartas, os oficiais criticam o aspecto físico do arraial e acusam seus habitantes de serem negligentes e de prejudicarem os interesses da Coroa: “Não há na paragem uma igreja decente, e havendo algumas lavras,

e boas, pouco ou nada cuidam no ornato dela: o ouro que se extrai é quase todo extraviado.”¹²²

No momento de se decidir sobre a atribuição do título de vila a uma povoação, as autoridades metropolitanas procuravam saber se as receitas produzidas no território do futuro concelho eram suficientes para as obras públicas, cujo financiamento cabia às câmaras. Assim, após ter recebido a petição dos habitantes de Santa Luzia, o procurador da Coroa e outros funcionários régios pediam informações suplementares às autoridades locais (ao ouvidor da comarca de Rio das Velhas e aos oficiais da câmara de Sabará, da qual Santa Luzia dependia); estes deviam declarar “se o sítio é proporcionado para se criar em vila, e se pode ter os rendimentos necessários para os logradouros públicos e despesas do concelho”.¹²³

Do mesmo modo, a economia municipal é um dos pontos evocados pela câmara de São José para demonstrar que, devido ao desmembramento do seu território, ela não é mais capaz de cumprir as obrigações que lhe cabem: a realização de obras públicas, bem como a assistência aos expostos e aos doentes pobres. Ao mesmo tempo, os oficiais tentam provar que as localidades emancipadas de sua jurisdição também são desprovidas de recursos para arcar com tais despesas:

Nenhuma dessas vilas tem uma calçada; nenhuma tem uma fonte; na de Queluz servem-se de uma aguada má, que está dali a meia légua, e não há modos de outra. As igrejas de umas estão por acabar, as de outras não são das mais decentes. As Casas de Câmara de todas elas foram casas de particulares, que ainda estão por pagar; e por isso o dono das de Barbacena alcançou licença de S. Majestade para citar a Câmara.¹²⁴

Todavia, algumas localidades apoiam-se justamente em sua falta de infraestrutura para provar que necessitam da autonomia administrativa e financeira. Por volta de 1760, o autor do requerimento de Santa Luzia afirma que sua povoação é apta à promoção ao título de vila, podendo

(...) acodir as faturas das estradas e pontes, e ainda a muitos caminhos particulares aos mesmos povos (...), porque a câmara de Sabará não acode, por ter outras mais vizinhas às quais supre; e por esta falta se estão afogando muitas criaturas, assim racionais como irracionais, maiormente negros (...).¹²⁵

De fato, as rendas arrecadadas no interior dos vastos termos eram geridas pelas câmaras das sedes e, conseqüentemente, as vilas e seus arredores mais próximos eram, em regra geral, melhor equipadas do que os outros arraiais dependentes – mesmo quando estes eram sedes de julgados, pois gozavam apenas de uma autonomia parcial. Em 1777, os habitantes do arraial de Paracatu, sede de julgado, queixam-se de que todos os impostos recolhidos no interior deste território vão para a Vila de Sabará, o que lhes impede de realizar obras de construção e de manutenção dentro do arraial:

(...) o anual rendimento dos bens deste Concelho (...) chegando a três mil cruzados;¹²⁶ e havendo nele muitas obras públicas contidas em nove ruas, onze pontes, Cadeia e Casa do concelho, e outros mais misteres; quase todo o ouro que dele resultam, o mandam para a mesma vila [de Sabará], deixando todas as obras públicas desta grande povoação como órfã de pai, sem mais amparo que a má administração de algum menos bom tutor, sendo aliás esta povoação em sua essência muito maior que aquela vila.¹²⁷

Em um dos seus pedidos de emancipação enviados a Lisboa, Campanha destaca o desenvolvimento demográfico do arraial – então sede de julgado –, juntamente com a necessidade de realização de obras públicas.¹²⁸ Evidentemente, quando seu parecer é solicitado, a câmara de São João del-Rei procura invalidar tal argumento:

As pontes, calçadas e chafarizes a que recorrem, e por cujas precisões requereu a Câmara, são coisas que se tem até agora remediado, e que podem passar sem elas; nem nunca a precisão de um chafariz, ou outra semelhante obra, foi causa justa de criar uma Vila. Queluz, Barbacena e Tamanduá são Vilas, e nem têm chafarizes nem calçadas as ruas.¹²⁹

A existência de chafarizes, de pontes e de edifícios bem construídos era, no entanto, um dos aspectos mais destacados por aqueles que, fora desses conflitos, procuraram descrever as vilas e os arraiais da capitania. As descrições do militar José Joaquim da Rocha privilegiam a questão do sítio, mas também trazem algumas referências aos elementos arquitetônicos:

Essa vila compreende como duas povoações, uma mais antiga, em terreno plano, chamada o Bairro da Igreja Grande (...). A vila do Sabará tem 850 fogos (...) tem um chafariz de excelente água, situado na rua chamada do Caquende.¹³⁰

Tem Vila Rica 14 fontes, todas de excelente água no gosto, ainda que alguns queiram que essas sejam cruas, e por essa razão experimentem algumas indigestões.¹³¹

Nos memorialistas de Minas Gerais, reencontramos alguns critérios de julgamento das formas urbanas identificados na correspondência administrativa. Nas lacônicas descrições de José João Teixeira Coelho, tem-se uma verdadeira síntese destes critérios, como se pode constatar através dos exemplos a seguir:

Esta vila [de São João del-Rei] é cabeça de comarca; está situada em um vale plano a vinte e um graus e vinte minutos de latitude meridional (...). É cortada pelo meio por um ribeirão, que tem duas pontes. As ruas são vistosas, os templos e mais edifícios têm alguma nobreza.¹³²

Esta Vila [do Sabará] é cabeça de comarca; está situada em terreno quase plano, a dezenove graus e cinquenta e dois minutos de latitude meridional, nas margens do Rio das Velhas (...). As ruas são irregulares, os templos e as casas, de madeira, e sem nobreza.¹³³

Nestes textos, bem como em outras descrições do século XVIII, há frequentes referências à “nobreza” dos edifícios, determinada por sua volumetria e pelos sistemas construtivos utilizados. As casas “nobres” eram os sobrados; assim como as igrejas “decen-tes”, elas deveriam ter uma cobertura de telhas (e não de sapê) e, de preferência, paredes de pedra e cal, ao invés de madeira e barro, que era o sistema mais usual (taipas, adobes, pau a pique). Num relato anônimo sobre o arraial de Guarapiranga (sede da freguesia de mesmo nome), o número de ruas e de casas assobradadas, assim como a descrição do sítio da igreja, fornece uma indicação da importância da localidade, bem como de suas possibilidades de crescimento:

Está a igreja em nobre terreiro, com o cemitério à roda, no meio do arraial. Este se compõe de duas ruas para a parte do rio e uma para sair do terreiro para fora, para a parte da estrada, com vinte e cinco moradas de casas de sobrado, cinquenta e cinco térreas,

com capacidade para se fazer uma povoação muito grande pelo terreno, águas, muita terra para mantimentos e o rio que passa pelo pé dele, navegável por toda a freguesia.¹³⁴

A “nobreza” dos edifícios religiosos dependia, com efeito, de sua localização, mas também de sua “grandeza”, da existência de torres sineiras, de campas, de forros pintados, de paramentos finos e, naturalmente, da riqueza de suas imagens e ornamentos – os quais eram considerados mais ou menos “nobres” em função da quantidade de ouro empregada na decoração dos retábulos, púlpitos e outros detalhes.¹³⁵

Em algumas descrições, as igrejas são, elas próprias, apresentadas como “ornamentos” que enobrecem as povoações:

Subiu o Arraial Novo do Rio das Mortes a Vila de São João del-Rei, a qual consta de presente de quinhentos fogos com pouca diferença, ornada de três igrejas, quatro capelas, três oratórios que a enobrecem, a matriz de Nossa Senhora do Pilar, nossa sempre protetora, fundada do coração da vila com frontispício para a principal rua, que chamam rua Direita, templo formoso com sete capelas cobertas de primorosa talha, quatro delas bem douradas.¹³⁶

José Joaquim da Rocha dispensa uma atenção especial ao número e à natureza dos edifícios religiosos das localidades que descreve: “Tem a cidade de Mariana, uma paróquia, as irmandades terceiras do monte do Carmo e São Francisco, as Confrarias dos Pardos e Crioulos, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, todas com igrejas à proporção das posses de cada uma delas.”¹³⁷

Do mesmo modo, ele observa que em Vila Rica existem, além das duas matrizes, muitas outras igrejas e capelas, pertencentes às diversas irmandades de brancos, negros e mestiços: “todas as referidas [confrarias] têm igreja, decentemente paramentadas e algumas são maravilhosas pela sua arquitetura e ornamentos”.¹³⁸

De fato, como é sabido, as irmandades organizavam-se segundo a cor e a posição social dos indivíduos, e se reuniam, inicialmente, em pequenas capelas ou diante dos altares laterais das igrejas matrizes. À medida que o arraial se desenvolvia, e que sua população crescia e se diversificava, algumas destas

associações conseguiam reunir recursos suficientes para edificar uma igreja própria – a qual deveria ser tão grande e rica em douramentos quanto fosse possível. O número de irmandades e de igrejas pode, assim, constituir um indicador suplementar da importância demográfica e econômica das localidades, bem como de seu desenvolvimento social e cultural; retomaremos este aspecto no próximo capítulo.

SÃO JOSÉ EM 1806: UMA REPRESENTAÇÃO HÍBRIDA

Em 1806, a câmara de São José aproveita-se de um contexto favorável – o projeto de reforma territorial e judiciária do Reino – para pedir um juiz de fora para seu termo:

Incitados do aumento desta povoação, e da grande liberalidade com a qual Vossa Alteza Real costuma olhar para seus vassallos, e atendendo para a grande necessidade que tem esta vila de um juiz letrado, e agora munidos com a Ordem de 12 de julho de 1803, em que Vossa Alteza Real promete juiz letrado aos lugares que forem capazes pela sua população, nos prostramos aos pés de Vossa Alteza Real mostrando que nenhuma das outras vilas é mais capaz do que esta para ter juiz letrado (...).¹³⁹

Entre todas as solicitações de títulos urbanos e funções administrativas que analisamos, este documento se destaca pelo modo original encontrado pela câmara para comprovar os méritos da vila. Se é verdade que os argumentos evocados no corpo da carta são bastante semelhantes aos anteriormente apresentados por outras vilas (a antiguidade, os feitos militares, a fidelidade à Coroa), os documentos anexos chamam a atenção pelo conteúdo e, principalmente, pela forma: estamos diante, pela primeira vez, de uma argumentação fundamentada em dados numéricos.

No último capítulo vimos que, no início do século XIX, o número de habitantes tornara-se, para os conselheiros régios, o critério preponderante para definir a extensão e os limites das circunscrições civis da capitania. Este foi, também, o aspecto privilegiado na avaliação da “capacidade” dos concelhos para acolher um lugar de juiz de fora: como uma parte da remuneração destes juizes era paga pelas câmaras, era necessário que elas comprovassem sua vitalidade demográfica e econômica.

Ora, ao contrário de outras câmaras, que tentaram comprovar sua “capacidade” através de alusões vagas ou de números arredondados, os oficiais de São José apresentam um documento de rara precisão: o *Mappa da população, mineração, comércio e cultura da Villa de São José e seo Termo no anno de 1806*.¹⁴⁰ Conforme sugere o título, o quadro apresenta uma grande variedade de dados referentes às diferentes localidades que compõem o concelho de São José: a povoação-sede (a Vila de São José), assim como os arraiais e “distritos” incluídos no seu termo.

Os números fornecem não somente informações referentes ao peso demográfico – tanto em termos de “fogos” quanto de “pessoas” –, mas também dados sobre a estrutura e a composição social da população. Ao contrário de certas representações examinadas anteriormente, os aspectos privilegiados para comprovar a “capacidade” dos habitantes de São José não são de ordem racial, mas sócio-profissional. De fato, o “mapa” informa sobre a quantidade de alfaiates, sapateiros, pedreiros, pintores, escultores, boticários, agricultores, mineradores e padres existentes em cada uma das aglomerações mencionadas. Estas informações são completadas pelos dados presentes na coluna “Justiça”, que apresenta o número de juízes (juízes ordinários, juiz de órfãos), de tabeliães, escrivães, meirinhos e outros oficiais.

Os dados financeiros e econômicos são também abundantes e variados: além do montante anual das receitas da câmara, menciona-se o valor das despesas efetuadas com “propinas” (remunerações extraordinárias dos oficiais). Outros números fornecem a medida do dinamismo e da diversificação das atividades econômicas no interior do termo de São José: além dos que exerciam atividades artesanais, nas colunas “Comércio de exportação” e “Cultura” encontramos dados quantitativos sobre a produção agropecuária – cabeças de gado, porcos, toicinho, queijo e cereais (milho, trigo e centeio), açúcar, café –, além de outros produtos básicos (cachaça, tabaco, algodão, sabão, couro, cal) produzidos e comercializados pelos habitantes do concelho.

Estamos, pois, diante de uma visão funcionalista e “aritmética” da cidade. Ela prioriza o número de habitantes, o volume de trocas com o exterior, a contabilidade urbana, harmonizando-se com o espírito da era estatística que então começava. É interessante

notar que até mesmo as informações que poderiam ser classificadas como representações históricas e culturais da cidade são fornecidas em números. Os oficiais enumeram as elevadas somas despendidas em cada “prova de fidelidade” oferecida à Coroa: as expedições para a destruição de quilombos, a construção de um quartel, as comemorações ligadas às datas festivas da corte, o pagamento dos impostos reais. A referência às igrejas não é feita através de um texto descritivo, tal como ocorre em outros requerimentos, mas por meio de números em uma das colunas do quadro: assim, dispomos de informações sobre a quantidade de “templos” erigidos no termo de São José – o que pode constituir um índice do grau de riqueza da localidade. Lembremos também que, para além do peso demográfico dos lugares, a indicação do número de fogos é uma maneira quantificada de abordar um aspecto qualitativo: a “grandeza” da povoação, uma vez que as casas eram vistas como uma componente do *décor* urbano.

No discurso da câmara de São José, a história, os brasões e as prerrogativas urbanas entrelaçam-se, assim, a uma descrição urbana que não mais se compõe essencialmente de qualificativos elogiosos, mas de números. A análise que se segue deverá levar em conta esta coexistência de imagens tradicionais e modernas na avaliação do grau de desenvolvimento e de urbanização das vilas e dos arraiais mineiros.

As notas a seguir correspondem ao Capítulos 7, originalmente reunidas ao final desse livro.

pp. 642-649

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹²¹ Sobre os limites destas circunscrições, ver os autos de criação das vilas de Baependi e Jacui (*RAPM*, I, 1896, p. 428-431).

¹²² *RAPM*, I, 1896, p. 428-431.

¹²³ VASCONCELLOS. Breve descripção geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes.

¹²⁴ NORDMAN. *Frontières de France*, p. 178.

¹²⁵ O projeto de reforma das circunscrições de Minas Gerais, proposto em 1826 por Luiz Maria da Silva Pinto, previa a distribuição da população da província em concelhos (termos) “de dez mil a quatorze mil almas, freguesias de quatro mil a cinco mil almas, e distritos com duzentos a trezentos fogos”. Ver: relatório de 10 de março de 1826 (CARVALHO. *Comarcas e termos*, p. 97-99).

CAPÍTULO 7

TÍTULOS, PRIVILÉGIOS E FUNÇÕES URBANAS

¹ COSTA. *Corografia Portuguesa eDescripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas & Lugares que contem* (Prólogo).

² LAMARRE. La ville des géographes français de l'époque moderne – XVII^e-XVIII^e siècles, p. 24.

³ CASTRO. O simbolismo e a estrutura social no Portugal de seiscentos, *apud* BICALHO. As câmaras ultramarinas e o governo do império, p. 205.

⁴ AHU, cx. 10, doc. 63. O requerimento não está datado, mas, em suas margens, aparece um despacho de 1727.

⁵ CASTRO. O simbolismo e a estrutura social no Portugal de seiscentos, *apud* BICALHO. As câmaras ultramarinas e o governo do império.

⁶ Salvador e Rio de Janeiro, as duas primeiras “cidades reais” (diretamente submetidas à autoridade régia) fundadas no Brasil, exerceram, simultaneamente, as prestigiosas funções de sede de diocese (e de arquidiocese, no caso de Salvador) e de capital de Vice-Reinado. Algumas cidades criadas durante a União Ibérica, como Belém e São Luiz, tiveram funções administrativas e religiosas e conseguiram se desenvolver demográfica e economicamente, ao passo que outras, como Natal, Filipéia (a atual João Pessoa) e Cabo Frio – cuja importância era, sobretudo, de ordem militar –, conservaram um aspecto acanhado durante todo o período colonial.

⁷ Lembremos que a diocese de São Paulo seria criada somente em 1745, juntamente com a de Minas Gerais.

⁸ Parecer do: CONSELHO Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos Históricos*, p. 230.

⁹ Em outra ordem expedida em 30 de maio de 1711 para o governador Antônio de Albuquerque, o rei ordenava a restituição de todos os bens e de diversos postos militares que os reinóis haviam usurpado aos paulistas. Ver: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Geraes*, v. II, p. 79-80.

- ¹⁰ AZEVEDO. Cartas de vila, de mudança de nome e do título de notável das povoações de Estremadura, p. 1.082; AZEVEDO. Vilas e cidades do Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva).
- ¹¹ SERRÃO. A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII à XIX, p. 13-80.
- ¹² ALENCASTRO. *O trato dos viventes*, p. 235, p. 444, nota 246.
- ¹³ AZEVEDO. Cartas de vila, de mudança de nome e do título de notável das povoações de Estremadura.
- ¹⁴ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, p. 104 *et seq.*
- ¹⁵ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, p. 104 *et seq.*
- ¹⁶ VASCONCELLOS. *Breviário histórico e turístico de Mariana*.
- ¹⁷ Carta de 28 de fevereiro de 1721 (APM, CMM 3, fl. 18).
- ¹⁸ Carta de 8 de fevereiro de 1721 (APM, SC 68, fl. 10).
- ¹⁹ Carta de Dom Lourenço de Almeida ao rei de Portugal, datada de 17 de setembro de 1721 (*RAPM*, XXXI, 1980, p. 97).
- ²⁰ A Vila de Nossa Senhora do Carmo foi instituída em 8 de abril e a Vila Rica, em 8 de julho de 1711, pelo governador Antônio de Albuquerque.
- ²¹ Carta de Dom Lourenço de Almeida ao rei de Portugal, datada de 17 de setembro de 1721 (*RAPM*, XXXI, 1980, p. 97).
- ²² A prerrogativa da concessão deste título pertencia ao rei de Portugal, que era o Grão-Mestre da Ordem do Cristo (HESPAÑA. *As vésperas do Leviathan*, p. 342).
- ²³ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 235.
- ²⁴ Carta de 7 de maio de 1722 (APM, CMM 3 fl. 21-22).
- ²⁵ Em meados do século XVIII, a Coroa atribui o título de cidade a diversas sedes de novas dioceses, tanto no Reino quanto na América. Ver: AZEVEDO. Cartas de vila, de mudança de nome e do título de notável das povoações de Estremadura, p. 1.137; SERRÃO. A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII à XIX, p. 38-42.
- ²⁶ Ver a transcrição da carta do Provedor da Fazenda Real Antonio Berquo del Rio, de 15 de agosto de 1724, bem como de outros documentos concernentes a este assunto em: MENEZES. Documentos portugueses, p. 185-187.
- ²⁷ APM, SC 23, carta de Dom Lourenço ao rei, 4 de setembro de 1724, transcrita em: *RAPM*, XXXI, 1980, p. 185-186.
- ²⁸ APM, SC 23, carta de Dom Lourenço ao rei, 4 de setembro de 1724, transcrita em: *RAPM*, XXXI, 1980, p. 186.
- ²⁹ Descobrimento das Minas Gerais (*RHIGB*, tomo XXIX, parte I, p. 34-65, *apud* BARRETO. Casas de câmara e cadeia, p. 33).
- ³⁰ APM, SC 23, carta de Dom Lourenço ao rei, 4 de setembro de 1724, transcrita em: *RAPM*, XXXI, 1980, p. 186.
- ³¹ APM, SC 23, carta do governador Dom Lourenço ao rei, 4 de setembro de 1724, transcrita em: *RAPM*, XXXI, 1980, p. 185.

- ³² Carta de Dom Lourenço de Almeida ao rei de Portugal, datada de 17 de setembro de 1721 (*RAPM*, XXXI, 1980, p. 97).
- ³³ A exemplo de Vila Nova da Rainha do Caeté, conforme mencionado. Este privilégio já havia sido solicitado pela Vila do Carmo em 1711. Ver: CÓDICE Costa Matoso, p. 252.
- ³⁴ Cartas de Dom João V ao provedor Antonio Berquo del Rio e ao governador Dom Lourenço de Almeida, transcritas em: MENEZES. Documentos portugueses, p. 185-187.
- ³⁵ Embora parecesse preferir Vila Rica, o governador Gomes Freire de Andrade, em carta enviada ao seu irmão em 1752, confirmava a maior lealdade de Vila do Carmo. Ver: INSTRUÇÃO e norma que deu o Illmo. e Exmo. Sr. Conde de Bobadela a seu irmão Snr. José Antonio Freire de Andrade, para o governo das Minas, a quem veio succeder pela ausência de seu irmão, quando passou ao sul (*RAPM*, IV, 1899, p. 732).
- ³⁶ APM, SC 45, fl. 119v.
- ³⁷ Segundo uma “memória” sobre a cidade de Mariana redigida em meados do século XVIII, “foi feita a obra desta igreja de esmolas do povo, que importaram em mais de cem mil cruzados” (aproximadamente 1 kg de ouro). Ver: Informação das antiguidades da cidade de Mariana (CÓDICE Costa Matoso, p. 254).
- ³⁸ REPRESENTAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 5 de março de 1749 (*RAPM*, IV, 1899, p. 812-815).
- ³⁹ REPRESENTAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 5 de março de 1749 (*RAPM*, IV, 1899, p. 815).
- ⁴⁰ REPRESENTAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 5 de março de 1749 (*RAPM*, IV, 1899, p. 813).
- ⁴¹ REPRESENTAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 5 de março de 1749 (*RAPM*, IV, 1899, p. 813).
- ⁴² BICALHO. As câmaras ultramarinas e o governo do império.
- ⁴³ BICALHO. As câmaras ultramarinas e o governo do império.
- ⁴⁴ HESPAÑA. *As vésperas do Leviathan*, p. 481.
- ⁴⁵ REPRESENTAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 5 de março de 1749 (*RAPM*, IV, 1899, p. 813).
- ⁴⁶ Os relatos de contemporâneos não são unânimes no tocante à primazia e à localização das primeiras jazidas auríferas. Porém, é certo que as minas do vale do Rio Grande foram descobertas logo no início do século XVIII.
- ⁴⁷ REPRESENTAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 5 de março de 1749 (*RAPM*, IV, 1899, p. 814).
- ⁴⁸ REPRESENTAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 5 de março de 1749 (*RAPM*, IV, 1899, p. 815).
- ⁴⁹ COSTA. *Corografia Portuguesa e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas & Lugares que contem*; CARDOSO. *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares (...) de Portugal e Algarve*. Nesta última obra, consultar,

- especialmente, o questionário presente no “Prólogo” (v. I). Para uma análise comparativa dos textos descritivos portugueses dos séculos XVII e XVIII, ver: SILVA. Uma gramática de descrição de espaços.
- ⁵⁰ Esta observação de Bernard Lepetit, sobre as descrições da França dos séculos XVII ao XIX, vale para a documentação similar concernente a Minas Gerais aqui analisada. Ver: LEPETIT. L'évolution de la notion de ville d'après les tableaux et descriptions géographiques de la France (1650-1850), p. XCIX-CI.
- ⁵¹ AHU, cx. 182, doc. 60.
- ⁵² *RAPM*, II, 1897, p. 105. A paróquia de Nossa Senhora da Conceição dos Carijós foi oficialmente criada em 1709 e promovida à freguesia colada em 1752. Mas, antes de 1709, é possível que já existissem “freguesias” móveis ou estabelecidas provisoriamente nas capelas particulares, como as que foram criadas na região do Ribeirão do Carmo por Salvador Furtado (ver: Capítulo 2).
- ⁵³ Carta dos oficiais de São José, 8 de dezembro de 1806 (AHU, cx. 182, doc. 60).
- ⁵⁴ Carta dos oficiais de São José, 5 de junho de 1806 (AHU, cx. 180, doc. 59, certidão n. 3). Tal ato valeu à câmara de São José a honra de receber uma carta escrita pelo próprio Dom João V, na qual agradecia a “boa vontade” dos oficiais e lhes prometia guardar esse serviço em sua “Real Lembrança”, para, na primeira oportunidade, recompensar a câmara de São José.
- ⁵⁵ AHU, cx. 180, doc. 59 (certidão n. 1). Alguns exemplos: em 1759 a câmara gastara seiscentas oitavas de ouro (cerca de 2 kg ou o equivalente a 720 mil réis) na destruição de um quilombo. De 1756 a 1765, os oficiais entregaram 12.738 oitavas de ouro (cerca de 45 kg) aos cofres reais como pagamento do “subsídio voluntário”, imposto destinado a ajudar na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Em 1778, as receitas de São José chegavam a 2.160.000 réis (1.800 oitavas ou, aproximadamente, 6,5 kg de ouro). Em 1806, a câmara dispunha de uma receita de apenas 1.322.362 réis (1.102 oitavas ou, aproximadamente, 4 kg de ouro).
- ⁵⁶ Requerimento dos moradores de Santa Luzia (AHU, cx. 77, doc. 15).
- ⁵⁷ Requerimento do Procurador do Povo da Capitania de Minas Gerais a respeito do arraial de N. Sra. da Conceição do Mato Dentro (AHU, cx. 160, doc. 26).
- ⁵⁸ Documentação relativa à criação de uma vila no Arraial do Tijucu (AHU, cx. 156, doc. 25).
- ⁵⁹ Representação da câmara de São João del-Rei, de 3 de abril de 1798 (*RAPM*, I, 1896, p. 461).
- ⁶⁰ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 263, nota 315.
- ⁶¹ BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, t. II.
- ⁶² BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, t. II.
- ⁶³ APM, SC 45, fl. 36v, 78.
- ⁶⁴ Ver o relato anônimo: “Historia da Vila do Príncipe e do modo de lavar os diamantes e de extrair o cascalho” (CÓDICE Costa Matoso, p. 848-849).
- ⁶⁵ SOUZA. *Os desclassificados do ouro*, p. 215-219.
- ⁶⁶ Carta citada sob a referência “APM, cód. 45, fls. 67” (BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, artigo “Paracatu”, p. 237).

- ⁶⁷ Carta de 3 de outubro de 1747 (APM, SC 45, fl. 77v).
- ⁶⁸ Carta de 30 de janeiro de 1801 (AHU, cx. 156, doc. 25).
- ⁶⁹ Segundo os dados que figuram em: ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 182
- ⁷⁰ Era o que ocorria no início do século XIX, segundo os dados apresentados por: BEGARD. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*.
- ⁷¹ No capítulo seguinte, retornaremos à questão das fontes demográficas.
- ⁷² “Recenseamento da população de alguns Termos da antiga Capitania (...) verificada em alguns annos, a partir de 1808 até 1821...” (APM, fundo Casa dos Contos – mapas de população do início do século XIX –, documento microfilmado – planilha 21115, rolo 540, item 5).
- ⁷³ Recenseamento de 1810 (APM, fundo Casa dos Contos – mapas de população do início do século XIX –, documento microfilmado – planilha 21115, rolo 540, item 5).
- ⁷⁴ Recenseamento de 1808 (APM, fundo Casa dos Contos – mapas de população do início do século XIX –, documento microfilmado – planilha 21115, rolo 540, item 5).
- ⁷⁵ Infelizmente tal verificação não é possível para todas as localidades, pois para várias delas não dispomos de dados demográficos do período que se refiram à população das freguesias com a distinção da população em termos de cor.
- ⁷⁶ “Mappa da população do Termo de Villa Rica do anno 1815” (APM, fundo Casa dos Contos – mapas de população do início do século XIX –, documento microfilmado – planilha 21115, rolo 540).
- ⁷⁷ “Mappa da população da Villa de S. Jozé e seu Termo no anno de 1810” (APM, fundo Casa dos Contos – mapas de população do início do século XIX –, documento microfilmado – planilha 21115, rolo 540, item 4).
- ⁷⁸ SPIX, MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*, p. 194 (tradução em língua portuguesa da obra *Reise in Brasilien*, Munique, 1823).
- ⁷⁹ Trata-se de dois aspectos presentes nas descrições da obra de: CARDOSO. *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares (...) de Portugal e Algarve*, t. I, “Prólogo”.
- ⁸⁰ REPRESENTAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 5 de março de 1749 (RAPM, IV, 1899, p. 815).
- ⁸¹ História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas, ca. 1750 (CÓDICE Costa Matoso, p. 293).
- ⁸² RUSSELL-WOOD. Local Government in Portuguese America.
- ⁸³ Carta de 31 de dezembro de 1798 (APM, SG, cx. 41, doc. 26).
- ⁸⁴ MONTEIRO. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime, p. 356.
- ⁸⁵ MONTEIRO. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime, p. 346.

- ⁸⁶ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 265-266.
- ⁸⁷ Este aspecto também aparece nos documentos portugueses analisados por: SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 257; bem como nas petições francesas estudadas por: OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 210.
- ⁸⁸ História da Vila do Príncipe (...) (CÓDICE Costa Matoso, p. 849).
- ⁸⁹ APM, CMS, cód. 260.
- ⁹⁰ Requerimento dos moradores da freguesia de N. Sra. da Piedade de Borda do Campo, 9 de setembro de 1763 (AHU, cx. 82, doc. 6).
- ⁹¹ *RAPM*, XVI, 1911, p. 261.
- ⁹² Documento datado de 30 de janeiro de 1801 (AHU, cx. 156, doc. 25).
- ⁹³ LEPETIT. L'évolution de la notion de ville d'après les tableaux et descriptions géographiques de la France (1650-1850), p. CII.
- ⁹⁴ LEPETIT. L'évolution de la notion de ville d'après les tableaux et descriptions géographiques de la France (1650-1850), p. CVIII (transcrição de comentário no debate "Les Miroirs de la Ville").
- ⁹⁵ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 257.
- ⁹⁶ Segundo o dicionário de Raphaël Bluteau, "vizinhos" pode significar "moradores", como também "famílias" e "casas". Neste caso específico, trata-se, provavelmente, do número de chefes de família, o qual, pelo menos em áreas urbanizadas, pode ser considerado como equivalente ao número de casas (ou de fogos).
- ⁹⁷ Requerimento dos moradores de Santa Luzia (AHU, cx. 77, doc. 15).
- ⁹⁸ Por isto, podemos supor que a petição visava não apenas à obtenção do título de vila, mas também à função de sede de paróquia. Com efeito, desde 1744, os habitantes de Santa Luzia tentavam transferir a sede da freguesia de Roça Grande para seu arraial, mas a oposição da população de Roça Grande retardou a mudança, efetivada apenas em 1779.
- ⁹⁹ Requerimento citado em uma carta régia de 7 de maio de 1763 (APM, SC 19, fl. 133).
- ¹⁰⁰ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 69.
- ¹⁰¹ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 117-118.
- ¹⁰² CREAÇÃO de villas no período colonial (*RAPM*, II, 1897, p. 105).
- ¹⁰³ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 295, artigo "Santa Luzia".
- ¹⁰⁴ Requerimento dos moradores de Santa Luzia (AHU, cx. 77, doc. 15).
- ¹⁰⁵ Parecer datado de 30 de janeiro de 1801 (AHU, cx. 156, doc. 25).
- ¹⁰⁶ Carta da câmara de Campanha da Princesa, de 6 de abril de 1821, citada em: *RAPM*, I, 1896, p. 558-560.
- ¹⁰⁷ A Vila de Paracatu tornou-se cabeça da comarca do mesmo nome em 1816.
- ¹⁰⁸ Carta da câmara de Campanha da Princesa, de 6 de abril de 1821, citada em: *RAPM*, I, 1896, p. 558-560.

- ¹⁰⁹ Carta dos oficiais de São José, 29 de dezembro de 1770 (AHU, cx. 99, doc. 43).
- ¹¹⁰ Esta é a conclusão de Marie-Vic Ozouf-Marignier a respeito de certos pedidos de atribuição da função de sedes administrativas (*chefs-lieux*) na França pós-revolucionária. Ver: OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 224-225.
- ¹¹¹ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 78; OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 224-232.
- ¹¹² Principalmente pela “Lei de Reforma das Comarcas”, já mencionada diversas vezes ao longo deste livro. Ver: SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*.
- ¹¹³ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 206-207.
- ¹¹⁴ Requerimento dos moradores de Santa Luzia (AHU, cx. 77, doc. 15, documento sem data, ca. 1760).
- ¹¹⁵ Em meados do século XVIII, o padre Luiz Cardoso interessava-se pela qualidade das águas de fontes e lagos situados próximos às povoações, dedicando um interesse particular à sua localização. Além disso, no questionário por ele utilizado, os vigários das diversas freguesias do Reino deveriam indicar se as povoações haviam sido erguidas sobre campos, vales ou sobre colinas, e quais eram as localidades que podiam ser divisadas a partir de tais sítios. CARDOSO. *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares (...) de Portugal e Algarve*, t. I, “Prólogo”.
- ¹¹⁶ Informação das antiguidades da cidade de Mariana (CÓDICE Costa Matoso, p. 250).
- ¹¹⁷ História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas, ca. 1750 (CÓDICE Costa Matoso, p. 293).
- ¹¹⁸ Carta do ouvidor Cypriano José da Rocha ao governador da capitania, citada em: VALLADÃO. *Campanha da Princeza*, p. 38.
- ¹¹⁹ Carta do governador André de Mello e Castro, 7 de outubro de 1732 (AHU, cx. 22, doc. 42. *RAPM*, II, 1897, p. 93).
- ¹²⁰ Carta de 3 de outubro de 1747 (APM, SC 45, f. 78).
- ¹²¹ APM SC 19 f. 133, petição referida na carta de Dona Maria I, datada de 7 de maio de 1763.
- ¹²² INFORMAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 3 de abril de 1798 (*RAPM*, I, 1896, p. 461).
- ¹²³ Requerimento dos moradores de Santa Luzia (AHU, cx. 77, doc. 15, documento não datado, ca. 1760 – o trecho citado se encontra na margem superior do documento).
- ¹²⁴ Representação da câmara ao governador da capitania, de 31 de dezembro de 1798 (APM, SG, cx. 41, doc. 26).
- ¹²⁵ Requerimento dos moradores de Santa Luzia (AHU, cx. 77, doc. 15).
- ¹²⁶ Equivalente a 1.440.000 réis, o que, segundo os dados fornecidos por José Joaquim da Rocha (ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 153), representaria a metade das receitas do concelho de Sabará, na mesma época.

- ¹²⁷ AHU, cx. 110, doc. 58.
- ¹²⁸ Petição não datada, *ca.* 1795, transcrita em: *RAPM*, I, 1896, p. 459-461.
- ¹²⁹ INFORMAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 3 de abril de 1798 (*RAPM*, I, 1896, p. 463).
- ¹³⁰ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 110.
- ¹³¹ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 105.
- ¹³² COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 79.
- ¹³³ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 75.
- ¹³⁴ Informação das antiguidades da freguesia de Guarapiranga (CÓDICE Costa Matoso, p. 258).
- ¹³⁵ O relato das visitas pastorais realizadas pelo bispo de Mariana entre os anos de 1821 e 1825 retratam vilas e arraiais, privilegiando a descrição do aspecto exterior e interior das capelas e igrejas. Ver: VISITAS pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825).
- ¹³⁶ História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas, *ca.* 1750 (CÓDICE Costa Matoso, p. 291-292).
- ¹³⁷ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 96.
- ¹³⁸ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 103.
- ¹³⁹ AHU, cx. 180, doc. 59.
- ¹⁴⁰ Documento anexo ao pedido da câmara datado de 5 de junho de 1806 (AHU, cx. 180, doc. 59).

CAPÍTULO 8

HIERARQUIAS E NÍVEIS DE URBANIZAÇÃO

- ¹ Como já indicamos na introdução deste livro, consideraremos os termos “urbanidade” e “urbanização” como equivalentes. Para os geógrafos, os dois termos são de fato próximos: a urbanização não é somente o “desenvolvimento e a expansão das populações urbanas”, mas pode significar também “a adoção de modos de vida ou de hábitos de consumo urbanos”; quanto ao termo “urbanidade”, ele quer dizer, em primeiro lugar, o “caráter daquilo que é urbano”. Ver: BRUNET; FERRAS; THÉRY. *Les mots de la géographie, dictionnaire critique*, p. 498-499. Em seu estudo sobre os *départements* franceses, Ozouf-Marignier adotou o primeiro termo (*urbanité*), definido como “caráter urbano de alguma coisa”, pois lhe pareceu mais adequado para a análise da “noção de cidade na sua generalidade” (OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 122). Por outro lado, Lepetit preferiu a expressão “níveis de urbanização” para estabelecer um método de avaliação das diferentes “gradações de enraizamento do fenómeno urbano” nas aglomerações francesas (LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 33).
- ² Circunscrição que pode ser comparada ao município.
- ³ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 22.